

**Ponto
de
Vista**

O desenvolvimento sempre foi tema de inúmeras discussões no meio acadêmico e meta dos programas econômicos governamentais. Entretanto, pouco foi feito para se reduzir as desigualdades econômicas, sociais e políticas.

A mais nova concepção de desenvolvimento elaborada por Amartya Sen, economista indiano, identifica o "desenvolvimento como liberdade", visto que vivemos num mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias, onde problemas novos convivem com antigos, tais como, persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, violação de liberdades políticas e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social.

Pensar o desenvolvimento e articular com todos os atores sociais propostas de desenvolvimento não são tarefas fáceis, por isso é oportuno divulgar constantemente reflexões sobre essa temática.

Esta edição traz os professores Samuel e Luiz Carlos-Puscas que discutem a necessidade da permanência dos diferentes paradigmas que integram o currículo do Curso de Ciências Econômicas. Em outro artigo, o Prof. Samuel revela que "as políticas de liberalização das economias em desenvolvimento beneficiaram os países desenvolvidos e suas multinacionais"; Ricardo Azevedo Silva alterta para a incompatibilidade entre a preservação do meio ambiente e o modo de vida da civilização ocidental.

O prof. Francisco Heitor enfoca questões ligadas às conflitantes relações internacionais e globalização; o aluno Stefano apresenta a importância da bolsa de valores como financiadora do desenvolvimento; prof. Tiago discorre sobre a necessidade da universidade em desenvolver ações conectadas com a atual realidade da sociedade pós-industrial; prof. Alfredo apresenta um excelente resumo sobre a carreira do prof. Celso Furtado. Segundo a tese defendida pelo prof. Edson em seu artigo, baixos salários provocam e agravam o desemprego na economia brasileira; o economista Moacyr apresenta pesquisa sobre os índices de inadimplência no comércio teresinense.

Boa leitura e até o próximo número!!!

A ECONOMIA DITA MODERNAp. 2

A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E CAPITALISMO SELVAGEMp. 4

A GLOBALIZAÇÃO E A COMUNIDADE DE NAÇÕESp. 7

O SISTEMA CAPITALISTA E MEIO AMBIENTE.....p. 12

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA BOLSA DE VALORESp. 14

UNIVERSIDADE FORMAL VERSUS UNIVERSIDADE EMPRESARIAL.....p. 14

OS OITENTA ANOS DE CELSO FURTADO.....p. 16

OS BAIXOS SALÁRIOS COMO CAUSA DE DESEMPREGO.....p. 17

ÍNDICES DE INADIPLÊNCIA DO COMÉRCIO DE TERESINA.....p.18

PARTICIPE DO PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA
Convocado pela CNBB, Corecon/RJ, Sindcon/RJ, UNE, Consulta Popular, MST, UFPI, e outros movimentos e entidades, será realizado em todo o Brasil, entre os dias 2 a 7 de setembro, um plebiscito sobre a Dívida Externa. Será o momento de dizer NÃO aos senquessugas da riqueza nacional e do povo brasileiro.

Confira Indicadores p. 24

**E
C
O
N
Ô
M
I
C
O**

A ECONOMIA DITA MODERNA

SAMUEL DA COSTA FILHO* & LUIZ CARLOS R. CRUZ PUSCAS**

“A Primeira Lei dos Economistas: para cada economista, existe um economista igual e oposto. A Segunda Lei dos economistas: ambos estão errados”

In: Nogueira da Costa, (1999).

A formação convencional dos economistas no Brasil não apresentava opção do aprendizado das teorias e idéias heterodoxas até, mais ou menos, metade da década dos oitenta. O domínio e hegemonia da ortodoxia econômica eram avassaladores. Além do que, existia o desconhecimento das correntes divergentes por parte de professores das mais diversas universidades, facilitando e estimulando a utilização dos “manuais” em que foram formados.

Nos anos oitenta, os cursos de graduação de economia passaram por um processo de reforma curricular que introduziu o estudo de autores como Smith, Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Kalecki e Schumpeter. Diferente do passado, onde esses economistas somente eram estudados e/ou citados quando da realização da disciplina História do Pensamento Econômico, a teoria econômica ensinada nos cursos de graduação passou a dar importância aos clássicos da economia no processo de formação de seus profissionais.

Duas outras vantagens decorrentes dessa reforma foram a defesa do pluralismo teórico e metodológico, e o treinamento do profissional para opinar criticamente acerca do mundo e dos problemas que afligem a realidade, não apenas repetindo a opinião que ouviu de algum economista famoso.

Essa reforma dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Econômicas foi impulsionada pelo Movimento de Renovação dos Economistas, e encontrou respaldo pelo parecer nº 375/84 do prof. Armando Mendes. Na Resolução 11/86 do

Conselho Federal de Educação, em seu artigo 7º, constava que o currículo pleno de economia deveria obedecer aos seguintes princípios:

- 1) estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- 2) caracterizar-se pelo pluralismo metodológico em coerência com o caráter plural da ciência econômica;
- 3) enfatizar a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao social;
- 4) transmitir o senso ético de responsabilidade social que deve nortear o exercício do futuro profissional.

A economia mundial neste fim de século passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, provocando instabilidade e crises periódicas. Em virtude das finanças internacionais terem se desenvolvido de acordo com sua própria lógica, e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio a nível mundial, começa a se delinear um novo regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominante rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital financeiro.

No campo da teoria econômica um grupo de economistas conservadores opondo-se a atuação das políticas fiscais e monetárias governamental na área macroeconômica recupera a idéia de que a política econômica é inócua e só funciona por meio de surpresa. Os economistas da “nova macroeconomia

clássica” forneceram elementos que são incorporados à teoria econômica dita moderna e que passam a fazer parte dos “atuais” manuais do ensino de economia. Neste novo contexto, a ideologia liberal que dominou os Estados Unidos governado por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira ministra Margaret Thatcher se espalhou pelo mundo. Na América Latina, os países da região abandonaram a política de industrialização substitutiva de importação e implementaram programas de ajuste macroeconômico ortodoxo e, em seguida, iniciaram reformas estruturais liberalizantes na linha do Estado mínimo, conforme modelo da escola “public choice” e das recomendações do denominado “Consenso de Washington”

Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a ferrenha defesa do mercado começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passaram a dominar a cena. Essas idéias e teorias liberais são alavancadas pelos efeitos positivos da política de estabilização do Real, abertura comercial e a globalização produtiva e financeira. Os conservadores e a imprensa passaram a propagar e defender as necessárias transformações liberalizantes para a melhoria da economia e sociedade brasileira. Mudanças baseadas na velha idéia de que a “mão invisível” do mercado é o melhor guia para nossa economia sair da crise e retornar a rota o desenvolvimento econômico e seguir para a “modernidade”.

Por consequência, nas condições do capitalismo atual, alguns elementos da teoria econômica evidenciam aspectos de desatualização teórica. Todavia, muito do que é ensinado nos cursos de economia pode ser mantido, desde que ampliado e/ou modificado. Somos do ponto de vista de que: “... a teoria econômica não é um cor-

po de análise lógica abstrata, baseada em princípios gerais aplicáveis a todas as épocas e a todos os tipos de sistemas econômicos. Isto, no entanto, não significa que toda teorização seja inútil e que sejamos obrigados a nos restringir a uma descrição institucional e histórica. Tampouco é legítimo concluir que o nível de generalidade da teoria econômica esteja limitado pelo caráter histórico do objeto de estudo: ele também está limitado pela nossa capacidade imaginativa e pela atualidade de nossa disciplina. Mas seja qual for o nível de generalidade que se alcance, a capacidade das teorias de apreender os fatos salientes deve permanecer sob constante reexame" (Chick, 1993).

Nas Ciências Econômicas encontramos teorias que são simplificações, abstração, estilização da realidade. A teoria extrai as características que melhor expressam a realidade. Embora existam teorias que apresentam abstrações pertinentes, essa pertinência se altera quando a história evolui. Assim, mesmo que em determinado momento seja a teoria uma simplificação relevante, essa teoria com o passar do tempo pode deixar de apreender fatos importantes e atuais na explicação da vida econômica e do desenvolvimento do capitalismo.

A suposta defasagem do atual currículo de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí em relação às modificações do capitalismo a nível nacional e mundial, não deve levar-nos ao retrocesso do ensino predominante da visão ortodoxa, como também ao retorno da utilização dos famosos "manuais".

É próprio dos economistas ortodoxos suporem que seus pressupostos e axiomas sejam universais e aplicáveis a todas as épocas. Defendem ainda que não há necessidade de estabelecer paralelos com as correntes, nem treinar, ensinar e dar a conhecer estas teorias. O método dos neoclássicos, moneta-

ristas e novos clássicos não objetiva estilizar a realidade. Eles produzem construções teóricas analiticamente complexas e, ao mesmo tempo, irrelevantes para descrever e explicar fenômenos concretos. Seus modelos são abstratos, irrealis. O importante para a ortodoxia é a capacidade de previsão que esses modelos exibem.

Diferente do apresentado nos "manuais" e pelo mainstream existem alternativas que são aplicáveis no tratamento de problemas atuais com imensa vantagem sobre o pensamento ortodoxo. A economia ortodoxa contaminada pelo ideário formalista interessa-se por desenvolver proposições abstratas partindo do princípio científico aplicado, ao mundo econômico. A linguagem matemática que foi utilizada inicialmente como tradução, adquiriu significado próprio e vira linguagem corrente e acrítica, ou seja, de mero "instrumento", a matemática promoveu-se a "objetivo último do saber", passando a determinar as partes do mundo que merecem ser estudadas. A história da economia ortodoxa se caracteriza pelo processo de alienação com o discurso matemático em sua forma platônica provocando uma dupla alienação: alienação do discurso da realidade e alienação do passado e do presente (Hagge, 1989).

Não é a toa que grande parte dos estudantes de Ciências Econômicas sempre apresentou um discurso de que a "Teoria é diferente da prática", ou que o curso é "teórico" e não trabalha a "prática", ou seja, parece que quando ensinamos a "prática" não se trabalha "teoria".

Hoje em dia aprende-se muito mais sobre as Ciências Econômicas lendo jornais, revistas e escutando o noticiário a respeito dos graves problemas da economia brasileira do que estudando os "manuais" científicos de economia (Introdução à Economia, Micro e/ou Macroeconomia, etc.). Percebemos ainda, que outros cientistas sociais têm revelado melhor análise na apresentação e expli-

cações sobre os fenômenos econômicos brasileiros do que a dos economistas ditos "modernos".

Na última década constatamos um crescimento nas dificuldades de admissão dos economistas piauienses no mercado de trabalho. Essa é uma característica comum vivenciada pelos novos profissionais, das diferentes áreas, no que se refere ao ingresso no mercado de trabalho. Ocorre que, no Piauí economistas querem culpar o atual currículo de Ciências Econômicas como o grande responsável por essas dificuldades de mercado. Esquece-se da crise que assola a economia brasileira desde início dos anos 80, não levam em conta a estreiteza do mercado de trabalho da economia desse Estado, desconsideram a crise e reformulação do Estado (que sempre foram os grandes demandantes desses profissionais), e até não levam em conta as transformações que atualmente ocorrem no mercado de trabalho. Convém ainda acrescentar que as questões que encontramos no chamado "Provão" estiveram, em sua grande maioria, calcadas nos textos clássicos de economia, não nos manuais.

"Cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas."

Atualmente, as empresas estão exigindo cada vez mais trabalhadores versáteis e com sólida formação cultural e humanística. Está ocorrendo, que somente ocupações burocráticas e medíocres, empregam profissionais para fazer e repetir receitas encontradas em "manuais", e/ou que utilizam técnicas elementares como certos programas de computação, cálculos financeiros de taxa de juros, etc...

Estas técnicas apesar de indispensáveis podem e devem ser aprendidas rapidamente pelos alunos formados nas universidades, até de maneira autodidata. O ensino universitário é muito caro para satisfazer-se somente em transmitir esses ensinamentos elementares (Carcanholo, 1994).

A primeira avaliação dos cursos de graduação em economia realizada pelo MEC revelou que os resultados obtidos pelos alunos da UFPI ficaram bem acima de diversas universidades de estados mais desenvolvidos do que o Piauí, apesar dessa mesma avaliação assinalar a deficiência em termos físicos, material pedagógicos, biblioteca e até do corpo docente da nossa Universidade.

O avanço conseguido com a introdução e estudo dos clássicos como Marx, Schumpeter, Kalecki, os estruturalistas da CEPAL, etc., não deve ser abandonado. Cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas. Além do mais, nas ciências sociais e, em especial na economia, como afirma o prof. da UNB Lauro Campos, (1992): *"A inteligência humana não produz um saber puro, neutro e eterno, mas um produto histórico, socialmente condicionado, distorcido pelos interesses e privilégios da classe social em que se formou o pensador. A falsa consciência é produzida como pensamento da classe social dominante, que ocupa o pólo do não-trabalho, e que forja explicações, teorias que são justificativas de seus privilégios, do uso de seus instrumentos de comando, de suas relações de dominação e de poder. Ao mascarar a realidade, ao fazer crer que seu ponto de vista particular é o ponto de vista de toda a sociedade, ao limitar o movimento e o devir transformando-os num falso processo de retorno à situação de equilíbrio que eterniza e reproduz a estrutura social, econômica e política, a falsa consciência constrói, necessariamente, representações do*

real como parte de sua produção ideológica que é um sistema", aparentemente coordenado de distorções, desvios e ilusões".

O pluralismo teórico e metodológico existente no currículo de graduação em Ciências Econômicas se sobressaiu, justamente por não somente apresentar a forma distorcida de interpretar a realidade econômica (neoclássicos), mas também, revelar o seu extremo oposto anticapitalista: a crítica marxista. E, ainda apresentar a chamada opção intermediária, a social-democracia. Na presente fase de crise do capitalismo e da teoria econômica, o emprego do pluralismo teórico significa a verdadeira "economia dita moderna".

Finalizando, queremos acrescentar que o pluralismo está respaldado, não somente, no pressuposto da honestidade científica, mas também no conceito elementar de ética para o exercício da profissão de economista. Nesse ponto o pensamento do ex-presidente da ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia) Reinaldo Carcanholo (1994) é o seguinte: *"em resumo, parece ser claro que existe um estreito paralelo entre cada um dos três paradigmas hoje relevantes dentro do pensamento econômico e as concepções éticas descritas. Ao paradigma neoclássico parece corresponder a ética do liberalismo cínico ou envergonhado que, na nossa opinião, é uma antiética; à concepção ricardiana associa-se a ética social-democrata, temerosa e vacilante; ao paradigma criado por Marx corresponde a ética da libertação" •*

*SAMUEL DA COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP. LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ PUSCAS é professor de Economia DECON/UFPI, Especialista em Economia Rural.

A GLOBALIZAÇÃO

SAMUEL DA COSTA FILHO*

Mudança nas condições de concorrência, produtos e serviços são a tônica do passado recente e decorrem do novo cenário macroeconômico pós anos 70, do avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, além do processo de globalização dos mercados financeiros e não-financeiros, possibilitado pelas políticas de liberalização e desregulamentação.

O processo de desintermediação financeira obrigou as instituições bancárias a buscarem novas estratégias de sobrevivência, enquanto os fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensões e companhias financeiras elevaram sua participação no mercado. Foram criados novos produtos e serviços financeiros, oferecendo maior rentabilidade aos aplicadores em ativos. A transformação das poupanças em crédito cedeu lugar a finanças diretas, mobilizadas através dos mercados de ativos, avançou a formação de conglomerados e a intermediação financeira.

Nos anos 80 e 90, os investidores institucionais têm condicionado as tendências do mercado internacional de capital. Nesse mercado, os investidores apresentam estratégias globais de crescimento do portfólios por meio da compra e posse de ativos pelos fundos de pensões e seguradoras, como também por intermédio de arbitragem e ganhos de capital pelos fundos mútuos e fundos de hedge. Esses agentes alteram a preferência pelo tipo de ativo (associando segurança e liquidez nos seus portfólios), impulsionando o processo de integração do mercado de capital internacional através de ligação crescente entre os mercados acionários com o fluxo internacional de capitais.

A globalização financeira é, então, uma decorrência do crescimento dos investimentos no portfólio dos agentes, dando origem e acesso a mercados organizados de inversão internacionalizados (bolsas de valores e

FINANCEIRA E CAPITALISMO SELVAGEM

futuros). Assistimos a existência de uma maior integração dos mercados financeiros e de capitais nas transações entre residentes de vários países.

Tal processo permite o acesso dos investidores a uma gama de instrumentos negociados nas diversas economias (monitorando-se os riscos), eleva as oportunidades de gestão da riqueza e aumenta as oportunidades de financiamento das atividades produtivas. Todavia, encontramos elementos de natureza especulativa conferindo ao sistema um caráter mais instável que propicia os ataques aos mercados de ações e câmbio, nas atividades bancárias e todas as formas de crédito, reduzindo o poder da gestão monetária, bancária e cambial dos bancos centrais.

O sistema bancário sofre pressões que podem resultar em quebra e falência, ou até avançar para o conhecido "risco sistêmico", ou seja, o perigo do "efeito dominó" pela quebra de um ou vários bancos. A globalização financeira tem gerado problemas importantes e reduzido o poder dos governos de influenciar as variáveis macroeconômicas.

Embora ocorra a globalização, a demanda interna é preponderante na determinação da produção e emprego nos países desenvolvidos. Essas economias caracterizam-se pela existência de uma intervenção deliberada do Estado na economia promovendo e incentivando o desenvolvimento, principalmente com promoção e financiamento de Pesquisa e Tecnologia.

Acontece que no Brasil, o sucesso inicial do Plano Real deu margem a vitória de Fernando Henrique Cardoso que prosseguiu moldando a economia, o Estado e a sociedade na linha liberalizante iniciada pelo governo Collor. O "Projeto Nacional" que continua em execução aprovou e promoveu reformas que diminuíram o papel e a ação do Estado, transformaram nossa economia na tentativa de reduzir o chamado "custo Brasil" (impostos, burocracia e infra-estrutura).

Os efeitos positivos iniciais da política de estabilização, abertura comercial e a globalização levaram, os conservadores e a imprensa, a propagar e defender as necessárias transformações liberalizantes para a melhoria da economia e sociedade brasileira. Jornais, revistas, que formam a opinião das elites e da classe média, martelaram todos os dias na tecla do neoliberalismo. Os meios de comunicação de massa, que modelam a opinião popular, também.

O apoio das elites e da classe média, ambas deslumbradas com o consumo de bens importados para atender ao consumo e a ostentação dos novos ricos e dos abastados do país, tornou a nossa atual modernidade como sendo apenas uma questão de consumo de **bens dos países desenvolvidos, não tendo nada a ver com o acesso e direito do povo brasileiro ao emprego, educação, saúde, lazer, segurança e até a alimentação.**

Nesse processo, a americanização da publicidade brasileira teve um papel fundamental na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida surgida nas últimas cinco décadas, devidas estar sempre voltado ao estímulo de um perfil de demanda marcada tanto pela dependência cultural quanto pelo padrão imitativo.

Ocorre que a política liberal de modernização imposta a nossa economia e sociedade não trouxeram para o Brasil e Nordeste, os benefícios tão decantados pela imprensa e pelos apologistas do liberalismo. O nosso novo modelo de desenvolvimento não apresentou número superior ao alcançado durante o período da chamada "Década Perdida". E o que é pior, a tentativa de implementação do livre mercado agravou as escandalosas e gigantescas diferenças sociais existentes no nosso país.

Os relatórios divulgados em Setembro 1999 pelo Bird (Banco Mundial) e pela Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), revelam que a política de liberalização das economias em desenvol-

vimento beneficiou os países desenvolvidos e suas multinacionais, enquanto a miséria, a desigualdade e o atraso econômico continuaram a dominar o cenário dos países emergentes.

"...a tentativa de implementação do livre mercado agravou as escandalosas e gigantescas diferenças sociais existentes no nosso país."

De acordo com o relatório do Bird, no período de maior adesão dos países em desenvolvimento ao neoliberalismo (abertura de seus mercados, redução do papel do Estado e estímulo a entrada de investimentos estrangeiros) aumentou a pobreza em escala internacional e cresceu a reação protecionista nos países industrializados. Nessa fase, o total de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,00 por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão na atualidade. E, a América Latina se destacou dentre as regiões com a piora mais acentuada.

A Unctad constatou que a globalização tem trazido mais efeitos nocivos do que benefícios para as economias em desenvolvimento. Segundo o citado órgão:

1) Nessa década, os países emergentes que liberalizaram o seu comércio tiveram um crescimento menor (1,8%) do que os países desenvolvidos (2,2%), aumentando a distância entre nações ricas e nações pobres;

2) A média de déficit comercial em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) dos países em desenvolvimento está 3% maior do que a média dos anos 70, período anterior às reformas liberais;

3) Em 1998, China e Índia têm crescimento estimado em 7,8% e 5,8%, respectivamente. Esses dois países resistiram à tentação de liberalização comercial e rápida integração ao sistema financeiro internacional;

4) Caso retiremos a China do bloco de países em desenvolvimento, a média de crescimento das nações menos desenvolvidas cai para 0,7%;

5) A partir da crise Asiática ocorreu uma redução dos preços dos commodities, piorando, as contas externas dos países em desenvolvimento, e

6) O que é pior, o relatório da Unctad também lança dúvidas sobre as perspectivas de recuperação das economias emergentes nos próximos anos. Esse órgão prevê que o cenário financeiro internacional será marcado pela fragilidade e por novos riscos.

No que diz respeito ao Brasil, a política de atração de capitais e investimentos externos se concentrou em privatizações, fusões e aquisições, atividades que não ampliaram a capacidade produtiva da economia. O afluxo de moeda forte valorizou o Real levando a apreciação cambial, instabilidade e minando a performance comercial. Esses capitais externos se concentraram no setor serviço e bens finais de consumo, não gerando excedentes exportáveis e impactando desfavoravelmente o resultado de transações correntes do balanço de pagamentos. O país voltou a apresentar níveis excessivos de endividamento, dependência de capitais externos, tendo no período de 12 meses encerrado em Agosto de 1999, o déficit em conta corrente chegado ao equivalente a 5,02% do PIB.

A atual política econômica liberal, além de atender ao consumo das elites americanizadas, somente serviu para dismantlar a indústria nacional, concentrou ainda mais a renda, elevou o desemprego, reduziu

os direitos dos trabalhadores, aniquilou e esvaziou o Estado, etc., ou seja, redundou em enorme custo social para a população, que foi sendo constantemente jogada para o mercado informal de bens e serviços. Os indicadores sociais revelam a existência de um significativo descompasso entre a evolução das atividades produtivas e as variáveis sociais. E essa é uma característica encontrada em todas as regiões do país.

“A atual política econômica liberal, além de atender ao consumo das elites americanizadas, somente serviu para dismantlar a indústria nacional, concentrou ainda mais a renda, elevou o desemprego, reduziu os direitos dos trabalhadores, aniquilou e esvaziou o Estado, etc...”

A liberalização da economia brasileira não é solução para nossos graves problemas econômicos e sociais. O projeto vigente é de um capitalismo selvagem, no sentido de que não existem mecanismos de efeitos regressivos e socialmente injustos das reformas e do padrão de funcionamento da economia que o governo tem encaminhado. O próprio projeto liberal implica um aumento da exclusão social. O governo trata de liquidar o pouco de proteção que existia. Desrespeita abertamente a constituição, ameaça a Justiça do Trabalho, reduz a proteção ao velho, a criança, etc.

A ideologia neoliberal que afirma ser a integração regional e mundial altamente benéfica necessita ser questionada. Os países desenvolvidos determinam o ritmo da competição internacional, trabalhando na fronteira tecnológica e possuindo capacidade para introduzir novos produtos, criar inovações que reduzam custos, etc. Além do que, a realidade histórica desses países mostra que as principais nações desenvolvidas, dentre os quais

destacam-se os Estados Unidos da América, Alemanha e o Japão, utilizaram-se e se utilizam o Estado e da via protecionista em benefício de seus desenvolvimentos. Nada assegura que o que é benéfico para o desenvolvimento do capitalismo dos países avançados seja adequado aos destinos da economia brasileira. O Brasil possui uma economia e sociedade que apresenta enormes desigualdades e ocupa uma posição periférica na economia mundial. Não devemos esquecer de que a nossa estrutura empresarial se apresenta menos desenvolvida em termos de poder financeiro, nível organizacional e capacidade tecnológica do que as elites empresariais das nações desenvolvidas.

Além do mais, quando o Brasil passar a fazer parte de um grande bloco econômico cresce bastante o risco e a possibilidade da perda de sua autonomia de política econômica. Nossa economia não dependerá mais de uma política econômica e social de governo a partir de decisões autônomas e soberanas.

Como no passado colonial, o funcionamento da economia brasileira e suas atividades passarão a depender de objetivos e interesses estranhos ao país. No que diz respeito às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, esse quadro aponta não só para sua marginalização, mas acima de tudo para o seu esquecimento.

Porém, a globalização não é um processo de natureza “inevitável” que não possa sofrer intervenção e controle. O Brasil pode implementar um projeto nacional de desenvolvimento novo e alternativo, que apesar do caráter de classe do Estado, deve estar apoiado nas políticas públicas. Esse plano deve tentar solucionar os problemas estruturais, os desequilíbrios regionais, as seqüelas econômicas e a deterioração do quadro social brasileiro. Nesse processo, se faz necessário, antes de tudo, recuperar o Estado para que esse possa beneficiar a nossa população ●

*SAMUEL DA COSTA FILHO é professor assistente da UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN e Doutorando do IE/UNICAMP

A GLOBALIZAÇÃO E A COMUNIDADE DE NAÇÕES

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA*

1. CARACTERIZAÇÃO

Pode-se afirmar que a Globalização, na Comunidade de Nações, foi implementada, a partir de 1989, quando a Bipolaridade de Poder deixou de existir, com a desestruturação político-institucional da Aliança Oriental, liderada pela União das República Socialistas Soviéticas (URSS).

A Bipolaridade de Poder dominou as relações internacionais durante quarenta e cinco anos, impossibilitando que a Globalização fosse incrementada, tendo em vista a predominância da problemática ideológica, em detrimento dos interesses nacionais, bilaterais e multilaterais.

A partir de 1990, a Multipolaridade de Poder passou a predominar nas relações internacionais. Os interesses comerciais passaram a dominar os entendimentos internacionais. As guerras regionais e periféricas, foram sendo, paulatinamente aplacadas. Os entendimentos superaram as discórdias. Os países passaram a constituir uma nova ordem internacional política e econômica, alicerçada na diplomacia, nas negociações, bilaterais e multilaterais.

A Alemanha conseguiu a sua unidade política. Inclusive países diminutos no cenário internacional, como o Lêmen, também conseguiu a unidade nacional. O Estado de Beligerância foi arrefecido com a derrota militar do Iraque, causada pelas nações ocidentais lideradas pelos Estados Unidos da América, depois da invasão e anexação política do Kuwait, em meados da década, na operação denominada Tempestade do Deserto.

Outrossim, os EUA e o Vietnã, inimigos históricos por três décadas, resolveram equacionar as divergências, normalizando as relações diplomáticas bilaterais. Fato semelhante ocorreu no Cambodge e Laos, a antiga Indochina Francesa.

Governos ditatoriais como o de Saddam Hussein, no Iraque; Muammar El Kadhafi, na Líbia; Fidel Castro, em Cuba; Kim Jong Il, na Coréia do Norte, e tantos outros, foram isolados

politicamente, no contexto das relações internacionais, e mergulharam em graves crises sociais e políticas. Ao mesmo tempo, a Globalização ganhava espaço internacional, pautada no trinômio - Integração, competitividade e complementaridade.

As nações reconheciam cada vez mais a impossibilidade de superar obstáculos internos e internacionais, defendendo interesses individuais. Os interesses coletivos ocuparam lugar de destaque no cenário regional e mundial. Por conseguinte, a Interdependência suplantou soberbamente a auto-suficiência. As Vantagens Comparativas Relativas, tão apregoadas por David Ricardo na fase inicial da Revolução Industrial, no início do século XIX, ganhou nova roupagem, permitindo que processos estagnados de União Econômica fossem reativados, de forma realista.

Dentro deste contexto, surgiu o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), na América do Sul, em substituição à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), de 1980.

O fim do bloco socialista do Leste Europeu, possibilitou que as nações ocidentais da Europa, redirecionassem seus investimentos para esta parte geográfica do continente, com a finalidade de integrar países como Polônia, República Tcheca, República Eslovaca, Romênia, Hungria, Bulgária, Letônia, Estônia, Lituânia e Ucrânia, na Comunidade Econômica Européia (CEE), até 2005.

Os blocos econômicos regionais passaram a ser priorizados, em detrimento de tentativas globais de integração. Por exemplo, a ALCA (Associação de Livre-Comércio das Américas) é apenas uma promessa, lançada em 1992, pelo então Presidente dos EUA, George Bush, em final de mandato. A prioridade é a integração regional, quer seja entre os países ricos e industrializados, subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Entretanto, a longo prazo o objetivo da Interdependência é pela criação dos Estados Continentais. A CEE é o bloco econômico mais avançado, na Comunidade de Nações, tendente a atingir esta finali-

dade, mesmo com a desaceleração do processo, em razão da absorção dos países do Leste Europeu.

Ao estudar a evolução política e econômica da Humanidade, é possível observar que a busca de constituição dos Estados Continentais é contínua e ascendente, apesar das guerras. Desde a economia coletora que o Homem procura a unidade, a interação, a integração. No derradeiro ano do século XX, os países vivem a fase de transição da Economia Industrial para a Economia Pós-Industrial. Sendo características marcantes desta nova Economia o desenvolvimento sustentado; a preservação do Meio-Ambiente; a Informática como meio implementador do processo de tomada de decisão e transformador dos hábitos e costumes da sociedade; e a Integração Econômica.

Preservar o Meio-Ambiente não significa tolher a capacidade de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, na implementação do crescimento econômico. O desenvolvimento têm de continuar. Mas pautado em políticas racionais, direcionadas para a utilização dos recursos naturais em prol da sociedade. Desenvolver não significa depredar, dilapidar as florestas, a fauna, e sim, otimizar a utilização dos recursos existentes, nas atividades produtivas.

O Estado Continental já foi tentado, com relativo sucesso, em fases anteriores da Humanidade. O Império Romano é um exemplo típico deste Estado. Partindo da Europa, conquistou a Euro-Ásia e atingiu a Ásia Menor. Deixou legados importantes para os países e a sociedade, principalmente no âmbito do Direito e da Política. O Imperador Francês, Napoleão Bonaparte, também instituiu um Estado Continental na Europa, entre 1808 e 1815. Apesar de derrotado militarmente pelos ingleses em 1815, na famosa Batalha de Waterloo, hoje Bélgica, seu legado político continua atual e intensamente estudado pelos cientistas políticos, tendo sido transformado em estadista.

Sem entrar no mérito da questão sócio-política, Adolf Hitler buscou a consolidação do Estado Continental Europeu entre 1930 e 1945. Conseguiu relativo sucesso no objetivo delineado. O erro cometido não estava no Ideário Político, e sim no meio implementador, a força das armas, e não a diplomacia. Mas não se pode tirar-lhe o mérito de ter governado quase toda a Europa e Euro-Ásia ao longo de seis anos, sem aliados políticos significativos.

A Bipolaridade de Poder surgida com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, se constitui em uma nova tentativa dos países vitoriosos da guerra, em estabelecer Estados Continentais ainda pautados na força das armas, dos conflitos regionais e internacionais. Somente com o passar dos anos, das décadas, as duas superpotências, EUA e URSS, puderam perceber a impossibilidade de atingir este objetivo, sem colocar em risco a própria existência da Humanidade no Planeta, como consequência dos Arsenais Nucleares, Químicos e Bacteriológicos, desenvolvidos.

Foi esta conscientização da iminência de uma Terceira Guerra Mundial catastrófica, que inviabilizou a implementação dos objetivos bélicos pretendidos. Era do conhecimento dos Estados Unidos da América que um ataque nuclear surpresa à URSS, não seria capaz de destruir seus arsenais atômicos, permitindo à Moscou reagir a agressão. A recíproca era verdadeira com relação a um ataque nuclear soviético aos americanos.

Desta forma, a marginalização do uso da força militar para atingir os objetivos pretendidos na Comunidade de Nações, decorreu do formidável aparato militar armazenados pelas Alianças Ocidental e Oriental.

A partir da década de 1980, o estado de beligerância entre as superpotências cedeu lugar ao gradual entendimento e arrefecimento dos conflitos periféricos e regionais. Os EUA, como superpotência havia sido derrotado militarmente pelos vietnamitas em 1973. A URSS, também como superpotência, havia sido derrotada militarmente pelos afegãos em 1989.

A diplomacia, os entendimentos bilaterais e multilaterais, os interesses econômicos e comerciais, a problemática regional, passaram a superar a guerra ideológica. A globalização é implementada. E a

ideologia política esquecida.

“O fim do bloco socialista do Leste Europeu, possibilitou que as nações ocidentais da Europa, redirecionassem seus investimentos..”

2. PENDÊNCIAS

Como resquício da Guerra Fria aparecem alguns obstáculos que maculam o pleno sucesso da globalização. Assim discriminados:

1. A Questão do Narcotráfico: Este é um problema que envolve todas as nações, no bojo da Comunidade de Nações. Países ricos e pobres estão mergulhados neste problema, sem perspectiva de solução a curto prazo. Apesar da ação enérgica de uma gama significativa de países, o Narcotráfico se expande mundialmente, pela parcimônia de outros países, cujos governantes, autoritários, utilizam este meio ilegal de acumulação de capital, para atingir objetivos escusos. A América Latina; a África Negra e o Sudeste da Ásia, são as regiões geográficas mais sensíveis a este problema. Países como Suriname, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Angola, Congo, Ruanda, Burundi, Filipinas, Birmânia, Nepal, Butão, Iêmen, Cambodge, Afeganistão, dentre outros, institucionalizaram o narcotráfico, como fonte de renda e de divisas internacionais, abastecendo mercados, e possibilitando o surgimento de Estados de Facto, não de Jure. Movimentos guerrilheiros ditos de esquerda, utilizando artificialmente os interesses coletivos, dão proteção aos traficantes de entorpecentes, em troca de pedágio financeiro para a continuação da luta armada. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), são exemplos desta colocação. Estados narcotraficantes conclui esta formulação, merecendo destaques a Birmânia do General Ne Win; o Suriname, comandado pelo Coronel Desi Bouthese e seu filho Dino; e o Afeganistão dos Talibãs e do multimilionário saudita Osama Bin Laden;

2. As guerras mercenárias: Concluído a fase da Guerra Fria, em 1990, nem todos os conflitos surgidos nesta fase foram encerrados. Muitos sofreram processos de mutação e continuaram mais intensos do que antes.

Angola, país da África Ocidental, ex-colônia portuguesa até novembro de 1975, é um exemplo desta formulação. Primeiro, mergulhou em uma guerra civil pela independência política. Depois, durante quinze anos, foi envolvida em conflito periférico, de cunho ideológico. E a partir de 1990, vive mergulhada em uma guerra mercenária pelo domínio das riquezas nacionais. Os atores das três fases distintas da guerra civil são os mesmos. De um lado o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), liderada pelo Presidente José Eduardo dos Santos. De outro lado, dominando 50% do território nacional e instituindo a República de Jamba, Estado de Facto, está a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), liderada pelo cientista político Jonas Savimbi. Como pivô do conflito, as riquezas minerais do país, notadamente os poços de petróleo do Enclave de Cabinda e as minas de diamante do Sul. O conflito promete durar muitos anos. A não ser que a multinacional sul-africana diamantífera De Beers, páre de comprar o produto de Savimbi e/ou os EUA deixem de adquirir o petróleo negociado por Luanda. A corrida armamentista continua na Região;

O Congo Kinshasa, ex-Zaire, outro país da África Ocidental, depois de trinta anos de ditadura comandada pelo General Mobutu Sese Seko, deposto e recentemente falecido, vive outra ditadura liderada pelo aventureiro Laurent Desiré Kabila. Existe uma guerra civil interminável neste grande país africano, rico em minerais. De um lado, os militares liderados pelo Presidente, com o apoio dos governos de Angola e Zimbábue. Do outro lado, civis e militares descontentes com os caminhos tomados pelo país depois da deposição de Mobutu, contando com o apoio dos governos de Uganda, Ruanda e Burundi. No meio da questão, como pivô, o controle das minas de diamantes do país. Recentemente, como pagamento pelo apoio militar recebido, Kinshasa entregou para o ditador de Zimbábue, ex-Rodésia, Robert Mugabe, duas minas de diamantes.

Portanto, a questão crucial deste país não é ideológica ou étnica, e sim econômica e comercial. Os soldados e mercenários disputam o controle das minas, da riqueza nacional. Enquanto houver procura por diamantes, haverá guerra;

Serra Leoa é outro país africano que vive mergulhado em uma guerra civil interminável, envolvendo facções políticas rivais e tribais, mercenárias, cujo objetivo é o controle das minas de diamantes. Esta guerra civil está a completar uma década, sem solução aparente. A OUA (Organização da Unidade Africana) já enviou diversos contingentes militares para pacificar o país, sem sucesso. Da mesma forma já procedeu a Organização das Nações Unidas (ONU), também sem sucesso. O Reino Unido recentemente enviou forças militares para proteger os estrangeiros residentes no país e tentar por ordem na Capital, Freetown, mas não obteve sucesso. A força motriz deste conflito são as minas de diamantes. Tanto é verdade que há dois anos passados, houve um breve período de paz entre as facções do Presidente Ahmad e do Líder Rebelde Freddy Foday. Foi oferecido a Foday a vice-presidência. Mas ele preferiu ser Ministro das Minas. Isto demonstra o real interesse econômico do conflito;

A Somália, desde o fim da Bipolaridade de Poder em 1989, quando foi deposto o General Mohammed Siad Barre, já falecido, que sofreu fragmentação tribal, com o surgimento de vários países de facto, que comercializam normalmente com o exterior e continuam mergulhados numa guerra civil interminável. Há cinco anos passados, os Estados Unidos da América, com o intuito de restaurar a ordem política no país, e com o aval da ONU, enviou formidável força militar a Mogadiscio, Capital do Estado. Foram derrotados pelos guerrilheiros tribais e islâmicos, tendo de deixar o território ocupado na calada da noite, depois de muitas perdas humanas, inaceitável para a sociedade americana, para nunca mais voltar. A guerra continua. O país é rico em minerais. O diamante é a força implementadora do conflito;

Ruanda e Burundi, na metade da década de 1990, mergulharam em uma guerra civil sangüinária. De

um lado, a etnia Tutsi. De outro lado, a etnia dos Hutus. Saldo preliminar do conflito: um milhão de mortos. Tal fato levou a ONU, através da Corte Internacional de Justiça (CIJ), a constituir um Tribunal Internacional Específico, com sede em Haia, Holanda, para julgar os responsáveis nos dois países, pela incidência de guerra genocida. Os julgamentos continuam, sem prazo para conclusão. E a guerra não foi resolvida. O ódio racial persiste, sem solução aparente.

Estes são alguns fatos importantes que caracterizam a guerra mercenária nas relações internacionais. São empecilhos para a expansão da globalização. São empecilhos para o fortalecimento da interdependência.

“Ruanda e Burundi, na metade da década de 1990, mergulharam em uma guerra civil sangüinária. De um lado, a etnia Tutsi. De outro lado, a etnia dos Hutus. Saldo preliminar do conflito: um milhão de mortos.”

3. PONTOS FAVORÁVEIS

Nos últimos dois anos fatos políticos importantes ocorreram, contribuindo para o fortalecimento da Globalização, via Integração e Interdependência, no contexto da Comunidade de Nações. Merecem ser destacados os seguintes:

1. No Reino do Marrocos faleceu, de morte natural, o Rei Hassan II, que exerceu o poder de forma absoluta. Enquanto vivo, Hassan II impediu a solução da Questão do Saara, conquanto não manteve entendimento com a Frente Polisário de Libertação Nacional (FPLN), que luta, desde 1975, pela constituição de um Estado soberano e independente, na antiga colônia espanhola. Rica em fosfato, e estratégica, do ponto de vista geopolítico, este território foi anexado ao Marrocos, que não aceitava sequer discutir princípios de autonomia interna. O Rei falecido governava ditatorial

mente, e ao longo de trinta anos sufocou vários levantes civis e militares contra a monarquia. Foi substituído pelo seu filho, Mohammed VI, bastante jovem, cujo primeiro ato como monarca foi libertar todos os prisioneiros políticos encarcerados pelo Pai, ao mesmo tempo em que prepara o país para a realização de eleições gerais, com o objetivo de transformá-lo em uma monarquia constitucional. O Rei Hassan era um político da Guerra Fria, da Bipolaridade de Poder. Mohammed VI, educado na Europa rica e industrializada, nos melhores colégios do Continente, é um político da Globalização, que busca o entendimento, a concórdia. A substituição foi sumamente benéfica para a região e para a Comunidade de Nações;

2. Na Jordânia, faleceu vítima de câncer, o Rei Hussein, também há mais de trinta anos no poder, tendo enfrentado, ao longo do tempo, inúmeras tentativas de questionamento da Monarquia, inclusive por parte dos Palestinos, que representam 50% da população do país. No plano da política internacional, desde os acordos de Camp David, assinados por Anwar El Sadat, do Egito, e Menachen Begin, de Israel, que normalizou as relações diplomáticas entre os dois países, eliminando com o estado de beligerância, que buscou diminuir o clima de hostilidade e desentendimento entre os judeus e o seu Reino Hachemita. Nos últimos anos de vida, contribuiu sobremaneira, para a consolidação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), nos territórios previamente estabelecidos para a criação do Estado Palestino, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. É resultado diplomático seu a aceitação, por Israel, de Yasser Arafat, no comando da ANP, na margem Ocidental do Rio Jordão. Com o falecimento, assumiu o trono, o filho mais velho, Rei Abdullah, também educado na Europa, casado com a Rainha Raina, uma palestina, que pretende transformar o país em uma Monarquia Constitucional, e continuar com o trabalho diplomático do pai, em prol da paz regional, do fim dos desentendimentos entre árabes e judeus, e da criação do Estado Palestino;

3. Recentemente, veio a falecer em Damasco, Capital da Síria o mais enigmático líder árabe dos

últimos trinta anos. Estou a falar de Hafez El Assad. Faleceu, de morte natural, o que é raridade na região, cujo passado não muito distante, é o da disputa de poder, pela força das armas. Assad assumiu o poder depois da derrota árabe para Israel, na guerra dos seis dias em 1967. Participou da guerra contra o Estado Judeu, em 1973, tendo sido derrotado militarmente. Sobreviveu a este fracasso, na esperança de algum dia recuperar as Colinas de Golã, ocupadas militarmente pelo inimigo. Modernizou o Estado Sírio, a seu modo. Como dois terços da população síria têm menos de trinta anos de idade, eles não conheceram outro governante a não ser o próprio Assad, chamado de Leão de Damasco, e respeitado internacionalmente, pela palavra empenhada, e pelas decisões adotadas. O seu falecimento aos sessenta e nove anos de idade, levou ao poder seu filho mais novo, Bashar El Assad de apenas trinta e quatro anos de idade. A peculiaridade na transição Síria diz respeito à institucionalização da República Dinástica, no Oriente Médio. A Síria não é uma Monarquia, e sim uma República. Mas a sucessão de poder, obedece os mesmos preceitos vigentes nas Monarquias. Os filhos substituem os pais. Assad deveria ter sido substituído pelo filho mais velho, Rafic. Mas, em 1994, de acidente automobilístico, veio a falecer. Daí a ascensão de Bashar ao poder com tão pouca idade e muita responsabilidade. É médico oftalmologista, formado na Europa. Terá a responsabilidade de continuar com os entendimentos diplomáticos com Israel, com a finalidade de assinar um Acordo de Paz. Terá a responsabilidade de recuperar as Colinas de Golã. Terá, também, a responsabilidade de retirar as tropas sírias que estão no Líbano há vinte e cinco anos. E deverá conter os questionamentos de políticos e militares interessados no seu cargo. Entretanto, para a globalização, esta substituição, em Damasco, é relevante. Assad se constituía no principal empecilho ao entendimento regional. Bashar, juntamente com os jovens Reis Abudallah e Mohammed VI, deverão alterar, para melhor, a situação política do Oriente Médio;

4. Enquanto ventos liberalizantes surgem na Síria, Jordânia, Marrocos e ANP, no Iraque, no bojo da chamada República Dinástica, o ditador Saddam Hussein, há vinte

anos no poder, já designou o seu filho mais velho, Uday, como seu sucessor político. Há bem pouco tempo passado, Uday passou a ocupar o primeiro cargo político da sua vida, o de Presidente do Parlamento Iraquiano. Isto é uma demonstração de que Saddam já decidiu quem será seu sucessor, quando o momento ocorrer. Por outro lado, não há o que comemorar com esta designação. Apesar de jovem, Uday segue a linha política do pai. Não foi educado na Europa, e sim no próprio país, tendo aprendido que o poder é conservado pela força, com o emprego da repressão. É o comandante da Guarda Pretoriana Republicana, que protege o ditador e sua família. Guarda Pretoriana tão bem equipada, que é detentora de tanques e aviões. Depois da Operação Tempestade no Deserto, sob o comando do pai, liderou a repressão aos opositores. As nações ocidentais não conseguiram derubar Saddam Hussein do poder, ao derrotá-lo militarmente no início da década de 1990. Foi um erro estratégico dos ocidentais, não terem ocupado militarmente a Capital do Iraque, Bagdá. Com isso, Hussein conservou o poder, restaurou a estrutura militar anterior, e designou seu filho como herdeiro político. É um obstáculo ao entendimento no Oriente Médio, pois Saddam e Uday são inimigos de Israel, da Síria, do Irã e do Egito;

5. A República Dinástica se faz presente também na Líbia. O ditador Muammar El Khadhaffi, no poder há trinta anos, está a transformar seu filho em herdeiro político. Khadhaffi, assim como Saddam Hussein, são líderes da Bipolaridade de Poder, da Guerra Fria, não comportando suas existências políticas, no mundo globalizado. Devem ser substituídos para o bem do Oriente Médio, para que a região, mergulhada há cinquenta e um anos em conflitos armados intermitentes, consiga finalmente a paz e a prosperidade econômica e social;

6. Finalmente o Irã. Não é uma nação árabe. E sim, uma nação persa. Mas está inserida no contexto do Oriente Médio, desde a monarquia do Xá Reza Phalavi, na década de cinquenta do corrente século. A partir de 1979, transformada em República Islâmica Xiita, neste início do ano 2000 sofreu

transformações liberalizantes, com a vitória da Ala Moderada dos Ayathollas, liderada pelo Presidente Mohammed Khatami, sobre a Ala Radical, liderada pelo Líder Espiritual do País, Alí Khamenei, nas eleições parlamentares realizadas. O mais surpreendente neste acontecimento, foi o respeito da vontade popular, pelos líderes conservadores. Apesar das ameaças de que o regime sofreria um enrigecimento, tal fato não ocorreu. Teerã demonstra que uma República Islâmica pode ser democrática. Não existe contradição entre o Islamismo e a Democracia. Apesar de inimiga de Israel, existem fortes rumores internacionais, que judeus e iranianos já estão a negociar suas divergências. Durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), os judeus ajudaram, com informações e equipamentos militares, as Forças Armadas Iranianas. Por outro lado, durante a Operação Tempestade no Deserto, o Irã retribuiu aos Judeus, fornecendo informações sobre os Mísseis Scud, de fabricação soviética, que ameaçavam a integridade e soberania de Israel. Este é um ponto positivo da política regional do Oriente Médio;

7. Fora do Oriente Médio, em junho de 2000, com atraso de quarenta e sete anos, começou a ser resolvido a divisão política da Península Coreana. Os Presidentes da Coreia do Sul e do Norte, se reuniram em Pyonyang, Capital do Norte, pela primeira vez, depois do fim da guerra, com objetivo de discutir os termos do tratado de paz a ser assinado, bem como, a possível reunificação do país. Tal fato somente foi possível, em razão do fim da Bipolaridade de Poder, do Isolamento Político Internacional da Coreia do Norte, como consequência da continuação de seu programa nuclear autônomo, sem controle da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), e da escassez de alimentos, causada pelas catástrofes naturais, que abalaram a produção de grãos. A Coreia do Norte é a primeira República Dinástica que se têm notícia. Com uma característica adicional - República Dinástica Comunista. Kim Il Sung governou o país por quarenta anos. Em 1994 faleceu, de morte natural. Seu filho mais velho, Kim Jong Il ocupou o seu lugar, e permanece como líder supremo do país. Não há eleição. Não há oposição. Não há alternância

de poder. Como resultado do isolamento político, defendido por Sung e Jong, o norte continua sendo um país agrário, pobre. Falta-lhe capital e tecnologia. O sul, com o término da guerra, se transformou em uma nação capitalista e moderna. É considerada uma das mais prósperas economias da Ásia. Faz parte dos chamados Tigres Asiáticos. É exportadora de capital e tecnologia. É, acima de tudo, um país rico e industrializado. Portanto, a tendência é o Sul absorver o Norte. A política de reunificação possibilitará à Coreia maiores condições de competitividade regional e global, a semelhança do ocorrido com a Alemanha em 1989. Indiscutivelmente, este é um ganho significativo para a globalização política e econômica.

Estes pontos favoráveis estão a contribuir para o fortalecimento da economia internacional. Economia internacionalizada, pois o Produto Interno Bruto dos países passam a agregar mais e mais riquezas geradas fora das fronteiras nacionais.

“A Comunidade de Nações entrará no século XXI com um panorama internacional diferente do vigente na passagem do século XIX para o século XX.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade de Nações entrará no Século XXI com um panorama internacional diferente do vigente na passagem do século XIX para o século XX. O Estado de Beligerância, da animosidade, de guerras ideológicas e periféricas, de movimentos guerrilheiros autoritários e totalitários, cedem lugar para o comércio internacional, para o sistema financeiro internacional, para a informatização e automação da produção. Os Estados Continentais estão se transformando em realidade. Com uma diferença básica dos modelos anteriores. São Estados concebidos através das negociações diretas, bilaterais e multilaterais. São Estados concebidos pela diplomacia, pautado no

Direito Internacional. Os guerreiros cedem lugar aos negociadores. O Direito Interno, o Nacionalismo Exacerbado, cedem lugar aos interesses regionais, ao respeito dos Acordos, Tratados e Convenções Multilaterais. A vontade expressa de um único Estado, deixa de ter importância, com a prevalência dos interesses globais.

A nação mais poderosa economicamente do mundo, os Estados Unidos da América, têm consciência que a riqueza nacional é elevada em face dos mercados mundiais. A interdependência transforma os americanos nos maiores parceiros individuais da Comunidade de Nações. É comum a presença de produtos de origem e capital americanos, nas regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do Planeta. A cada dia que passa, tamanha é a pulverização das empresas, do capital, que fica difícil rotular a origem do mesmo.

A tecnologia é um bem global. Os países devem ser competentes para tê-la presente. Assim, Capital, Tecnologia e Mercado, são características dominantes da globalização, que têm na Integração e Interdependência, os meios implementadores.

Um cenário previsível para o Século XXI é a da constituição dos Estados Continentais. A CEE transacionará efetivamente com o NAFTA. O MERCOSUL fortalecerá o comércio com a ASEAN. A CEI intensificará o comércio com o PACITO ANDINO, e assim em diante.

Os organismos internacionais, de atores coadjuvantes nas relações internacionais, no Século XX, passarão a atores principais, no século XXI.

O Direito Internacional suplantará em importância o Direito Interno, na medida em que a vontade individual cederá lugar para a vontade coletiva, na Comunidade de Nações.

Enfim, a problemática internacional subterde a utilização da competitividade, complementaridade e interdependência, nas relações internacionais. Assim pensamos●

* FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA é professor de Economia Internacional DECON/UFPI e Economia Política do DCJ/UFPI. Mestre em Relações Internacionais e Doutorando em Integração Econômica. Escritor e Jornalista Colaborador. Exerceu diversos cargos de direção na Administração Superior da UFPI e no Ministério da Educação e Desporto, em Brasília, DF.

INFORMES

A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida)-Teresina, registrou alta no mês de julho apresentando uma variação positiva de 1,31%. O percentual acumulado nos últimos 12 meses é de 8,45%. A pesquisa, realizada pela Fundação CEPRO, constatou que além dos combustíveis (gasolina, álcool e gás de cozinha) que foram os principais indutores da elevação do índice do mês de julho, observou-se significativo aumento nos produtos de limpeza (+2,00%), artigos de vestuário, notadamente roupas de mulheres (+2,07%) e crianças (+2,93%) e remédios (+2,67%).

O custo da Cesta Básica, também calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para o mês de julho do corrente ano, foi de R\$ 80,99, registrando uma deflação em relação ao mês anterior de 0,95%. Para os pesquisadores da Fundação CEPRO, esta deflação verificada nos preços dos produtos componentes da cesta básica, justifica-se pelo fato de que produtos como: tomate, farinha de mandioca, óleo vegetal e carne bovina terem apresentado deflações na ordem de 5,32%, 2,60%, 2,25% e 1,50%, respectivamente. Por outro lado, é importante ressaltar os significativos aumentos de preços registrados em açúcar cristal (+11,21%) e feijão (+4,06%).

Fonte: Fundação CEPRO

O SISTEMA CAPITALISTA E MEIO AMBIENTE

RICARD AZEVEDO SILVA*

Parte significativa dos críticos ambientalistas à sociedade contemporânea considera que não só o capitalismo é incompatível com a preservação do meio ambiente, mas o próprio modo de vida da civilização ocidental e suas inter-relações com a natureza, baseadas na concepção de progresso ocidental. Este artigo aborda o grau de profundidade das mudanças que serão necessárias para que as sociedades contemporâneas possam enfrentar o desafio ambiental e social, centrando a discussão na compatibilização entre o capitalismo e o meio ambiente.

Se analisarmos determinadas características do capitalismo, chegaremos a conclusões bastante desalentadoras em relação a sua compatibilização com a preservação do meio ambiente.

A base de funcionamento do capitalismo está na busca da expansão do capital, obtida na produção de mercadorias, cujo valor final ultrapasse o valor gasto na sua produção. A busca da expansão constante é, assim, inerente ao capitalismo e por isso o movimento do capital não tem limites, abrigando objetivos puramente quantitativos. Enquanto o meio ambiente apresenta limites materiais e energéticos, o capital aponta para uma necessidade inerente de expansão infinita. Marx registra que o capitalismo se subordina apenas a restrições impostas pelo seu próprio processo de acumulação, não se limitando mais a outros fatores, como a natureza, mas sim os subordinando à sua lógica.

Cada vez mais se questiona a visão capitalista liberal de que os mecanismos do livre mercado constituem um eficiente instrumento de sanção social e a melhor forma de dirigir-se o desenvolvimento econômico e social.

O mercado direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e expansão capitalista. A eficiência produtiva, mesmo que à custa de uma ineficiência social ou ambiental, é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado. A regra da economia de mercado é deixar que as empresas internalizem os lucros e externalizem os custos.

A sociedade capitalista abriga um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do

consumo material. A mídia trabalha a todo vapor para consolidação da sociedade consumista. A sacramentalização do consumismo traz no seu bojo sentimentos negativos como a frustração e a inveja, além de suscitar a competição e, no extremo, até a violência.

A expansão constante do capital exige um consumo crescente, ou seja, necessidades continuamente insatisfeitas. Longe de buscar a satisfação das necessidades, o capitalismo se sustenta pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades, como forma de realização do excedente. Há um crescimento da oferta de mercadorias para as quais a necessidade tem de ser produzida juntamente com o produto. Sendo assim, muitos bens que são produzidos pela nossa sociedade industrial poderiam perfeitamente não existir.

Com a ruptura das sociedades tradicionais pelo capitalismo, passa-se a produzir novos materiais e novas estruturas a uma tal velocidade que surge um descompasso frente à capacidade de evolução e adaptação da biosfera, gerando uma crise ambiental. A economia capitalista trabalha com a maximização dos ganhos econômicos no curto prazo, sem consideração pelos custos sociais e ecológicos em longo prazo, o que compromete o planejamento de longo prazo que se faz necessário ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Altwater, a exacerbação dos problemas econômicos é inerente ao processo de desenvolvimento capitalista. Aliadas à sociedade de consumo estão a poluição, o uso irresponsável dos recursos não-renováveis, problemas da superpopulação urbana e a erosão de valores humanos.

Instalou-se um círculo vicioso de degradação social e ambiental que tem se baseado num modelo de desenvolvimento que subordinou os interesses do bem estar social aos interesses de expansão do capital, na exploração dos recursos naturais.

Entretanto, as críticas ao modelo econômico capitalista, também se estendem às sociedades socialistas que, em alguns casos, produziram condições ambientais piores que as sociedades capitalistas. Na prática, a tese de que o regime socialista seria mais adequado ao equilíbrio ambiental não se verificou.

“A simbiose entre o homem e a natureza implica uma gestão dos solos, das águas e das florestas diametralmente oposta às atitudes predadoras que, na maioria das vezes, acompanham o aproveitamento de recursos ditado pela única preocupação de rentabilidade mercantil imediata, na economia capitalista, ou de maximização da taxa de crescimento do PNB, na economia socialista”

Para alguns autores, existe a necessidade de construir um novo modelo de desenvolvimento. Mas a questão ambiental precisa de soluções a curto e médio prazo, o que dificilmente viabilizaria esta alternativa. Além de que, antes de responsabilizar o sistema econômico vigente, deve-se questionar o próprio comportamento humano em relação à natureza. Em primeiro lugar, se faz necessária uma mudança da mentalidade de que a natureza deve servir ao homem. Enquanto não prevalecer a visão de que o homem faz parte da natureza e

deve agir enquanto parte de seu equilíbrio, qualquer modelo de desenvolvimento estará ameaçado de não interagir satisfatoriamente com o meio ambiente.

O questionamento dos valores e a educação ambiental devem fazer parte da formação das novas gerações. Esta é uma medida factível e de grande importância na luta pela preservação do meio ambiente. A hierarquia de valores pode significar uma diferença significativa no padrão de consumo.

Já se encontra em processo de fermentação uma crise de valores, onde se instala um questionamento dos objetivos que a atual sociedade tem perseguido. O contingente de pobres e miseráveis tem se constituído numa maioria insuportável. Alguma medida terá de ser tomada pela elite dominante do planeta. A resposta a tal situação efervescente há de ser positiva. Algumas ações de ajuda internacional, embora tímidas, já tem sido efetuadas.

Outra questão que deve ser abordada é o papel da tecnologia na preservação do meio ambiente. Para Daly, a tecnologia criou mais problemas do que solucionou. De um modo geral, as tecnologias foram introduzidas sem qualquer consideração com o aspecto ambiental. A difusão de tecnologia não poluidora tem sido impedida pela exclusão de questões ambientais dos objetivos e valores tradicionais de maximização dos lucros.

Entretanto, devemos reconhecer que, atualmente, a preocupação com o meio ambiente está presente no desenvolvimento tecnológico, ao menos pelo temor da retaliação do mercado. Mas, muitas barreiras no que diz respeito à tecnologia ainda estão para ser superadas. As tecnologias limpas exigem altos investimentos em pesquisas e recursos humanos, o que dificulta seu acesso aos países subdesenvolvidos. Grande parte da tecnologia adotada é importada de outros países e, assim, não é a mais adequada às condições dos ecossistemas locais.

Muito embora exista uma grande margem para a tecnologia atuar a favor da preservação do meio ambiente. Não se pode negar os avanços significativos em tecnologia poupadora de energia e nas perspectivas de utilização de energias alternativas. Inovações,

como o catalisador, nos mostra como a tecnologia pode contribuir significativamente para o equilíbrio ecológico. A introdução de tecnologias limpas constitui uma via a ser trilhada no rol das mudanças necessárias para enfrentar o desafio ambiental.

Para os economistas ecológicos são necessárias mudanças radicais na racionalidade econômica e nos estilos de vida prevalentes, para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Embora se possa concordar com esta visão, precisamos partir do que é factível. Temos que ter em mente que o ser humano é avesso a mudanças, especialmente se profundas. É necessário adotar uma postura proativa baseada no princípio da precaução, mas há muito para se fazer até que o tempo dê conta de mudanças radicais. Entre as medidas factíveis a curto prazo, estariam as seguintes:

a) reunião das diversas instituições ambientalistas num esforço conjunto de conscientização da sociedade para a preservação do meio ambiente;

b) formação educacional das novas gerações, visando uma nova hierarquia de valores e a consciência ambiental;

c) formação de um bloco dos países do terceiro mundo para contestar a atual divisão dos frutos do progresso e os efeitos perversos da globalização (esta união já foi viabilizada uma vez, em meados deste século);

d) planejamento e estudos - aonde medidas restritivas poderiam provocar mudanças tecnológicas benéficas ao meio ambiente;

e) convocação das grandes potências para contribuir na vigilância e preservação das reservas ambientais do terceiro mundo (dividir custos);

f) Controle de natalidade;

g) Combate ao desperdício. Paralelamente à busca pela minimização de custos, deveríamos perseguir a minimização do desperdício. Deve-se buscar a extinção de estratégias que adotam a baixa durabilidade dos produtos como forma de aumentar as vendas;

h) estímulo à reciclagem.

Se resolvermos os problemas mais factíveis, já estaremos avançando na luta pela preservação do meio ambiente. Sem, evidentemente, nos descuidarmos dos problemas mais complexos, para os quais estaríamos buscando soluções. Na luta pela preservação

“A sacramentalização do consumismo traz no seu bojo sentimentos negativos como a frustração e a inveja, além de suscitar a competição e, no extremo, até a violência.”

ambiental ainda há muito o que se fazer.

A ação do Estado se faz necessária à implementação de grande parte das medidas ambientais, entretanto, existe uma autonomia da economia frente à política. As transacionais dispõem do dobro dos recursos financeiros em curto prazo de que dispõem todos os bancos emissores e demais autoridades monetárias juntas. As políticas estatais têm muito pouca influência nas transacionais, das quais dependem as inovações tecnológicas. Grande parte da atividade econômica mundial transcende a possibilidade de intervenção política de um só Estado. Sendo assim, se faz necessária uma atuação conjunta para o estabelecimento do equilíbrio ecológico e social.

Urge que se encontre uma forma de erradicar a pobreza, levando a grande massa excluída das benesses do crescimento econômico, qualidade de vida.

Deve-se buscar um nível de consumo que possa ser permanentemente sustentável, e um passo importante neste sentido é a substituição do maior número possível de recursos não renováveis por recursos renováveis, reprodutíveis. Há de se viabilizar um padrão tecnológico no qual a proteção ambiental deverá constituir parte integral e não isolada do sistema produtivo.

Em suma, é preciso repensar a organização econômica da sociedade, o uso qualitativo e quantitativo que ela faz de seus recursos naturais e as consequências da ação dos agentes econômicos ●

* RICARD AZEVEDO SILVA é mestrando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente da UNICAMP.

A Importância Econômica das Bolsas de Valores

*STÉFANO ALMEIDA LOPES

Quando se fala em bolsas de valores se pensa em investimento e, de fato, os dois estão fortemente arraigados. Toda economia para crescer e se desenvolver precisa de investimentos. O mercado de capitais de um país exerce uma função de alta relevância na captação de investimentos, tanto interno quanto externo, e o tamanho e atividade deste mercado está diretamente relacionado com o desenvolvimento de uma economia. Segundo a BOVESPA: "Quanto mais desenvolvida é uma economia, mais ativo é o seu mercado de capitais."

"O volume de investimento depende da relação entre a taxa de juros e a curva da eficiência marginal do capital e a eficiência marginal do capital depende da relação entre o preço da oferta de um ativo de capital e a sua renda esperada", afirmou Keynes.

É neste aspecto, das rendas esperadas, que aparece a verdadeira importância da bolsa de valores. As posições dos investimentos, que são baseadas em expectativas dos empresários e investidores acerca do futuro próximo, são reavaliadas diariamente nas bolsas. A bolsa proporciona liquidez para os investimentos no mercado secundário de ações e permite que seja avaliadas as incertezas quanto ao futuro próximo devido as reavaliações diárias que o mercado faz sobre os investimentos. Ela funciona como um termômetro da economia. Seus índices mostram o que os investidores estão pensando acerca do mercado atual e suas crenças nas expectativas futuras. As oscilações dos índices demonstram o estado de confiança de uma economia.

Keynes afirmou que, o estado de confiança, depende das expectativas a longo prazo, que são guiadas pelos fatos que merecem confiança dos agentes dos mercados, e da confiança que são feitas os prognósticos. A conjuntura atual exerce um papel de fundamental importância, pois as expectativas a longo prazo são baseadas nas considerações atuais e na projeção das mesmas, sendo modificada somente à medida que se tenha razão para acreditar que alguma alteração no que se espera do futuro, possa ocorrer.

A importância de tudo isso é

que o estado de confiança é a peça chave na determinação da escala da eficiência marginal do capital. Ora, como a eficiência marginal do capital é uma das principais variáveis do investimento, sua determinação é essencial para o cálculo da viabilidade econômica de qualquer projeto. A dificuldade maior na sua determinação reside em precisar as rendas esperadas futuras de um dado investimento, pois as mesmas são fundamentais no estado de confiança. Por isso, a bolsa é muito importante, pois como citado anteriormente, proporciona liquidez aos investimentos, reduzindo assim, os riscos e incertezas dos investidores, e oferece parâmetros para se poder avaliar quais as perspectivas dos agentes econômicos, facilitando as estimativas das rendas esperadas.

Outra importância da bolsa é que, através da análise do comportamento de sua atividade e de seus índices, pode-se chegar a conclusões que permitem explicar o que ocorre na conjuntura de uma economia. Como exemplo, pode-se citar esta análise extraída do site do CONFECON, que explica a razão da redução de investimentos estrangeiros: "...As constantes quedas do Nasdaq contribuíram para a elevação do risco Brasil e inibiram a entrada de capitais estrangeiros no País."

Pelo que foi citado, pode-se ver como o investimento se relaciona com as expectativas a longo prazo e a importância que a bolsa tem como agente facilitador da redução de riscos e agente de alavancagem da economia.

Finalizando, a importância das bolsas é bem enfatizada em um trecho de uma publicação da Bolsa de Valores de São Paulo: "É por meio das bolsas de valores que se pode viabilizar um importante objetivo do capitalismo moderno: o estímulo à poupança do grande público e ao investimento em empresas em expansão, que, diante deste apoio, poderão assegurar as condições para seu desenvolvimento."●

* STÉFANO ALMEIDA LOPES é aluno do curso de Economia / UFPI

UNIVERSIDADE FOR

TIAGO CARDOSO ROSA *

Essa nova realidade pós-moderna, em que o conhecimento é o principal recurso econômico, quando adequadamente aplicado ao trabalho, permite que processos se realizem de modo mais eficientes, aumentando, assim, as vantagens competitivas das empresas. Para tanto, as grandes organizações empresariais precisam de uma infra-estrutura para alcançar a sua maximização em termos de competição. As empresas vitoriosas são aquelas que aprendem de todas as formas possíveis, e que fazem do aprendizado a sua rotina de trabalho. As empresas que aprendem mais rapidamente conseguem chegar às preferências dos clientes de forma mais eficaz. O conhecimento quando continuamente renovado e aprimorado, é a principal fonte sustentável de vantagem comparativa de uma organização.

James Martin, em seu livro *A Grande Transição*, argumenta que "a tecnologia possibilita a mudança no trabalho e o trabalho precisa mudar radicalmente para tirar proveito da tecnologia". As empresas, entendendo que a revolução do trabalho está associada à revolução da tecnologia, compreenderam que o treinamento constante de seus funcionários é o recurso mais estratégico, quando articulado com seus objetivos. Elas ainda entenderam que, para terem sistemas inteligentes e obterem vantagens competitivas, devem promover algo mais que meros treinamentos específicos, nos quais devem ser trabalhadas a habilidades técnica, humana e conceitual.

A habilidade técnica é caracterizada pela especialização em um determinado tipo de atividades, ou seja, pela capacidade de dominar conhecimentos, utilizar métodos e processos, aplicar técnicas e instrumentos de um campo de especialização. O desenvolvimento dessa habilidade tem como base a educação formal e os treinamentos profissionalizantes, segundo Torres (1996), citado por Rosa (1997).

A habilidade humana compreende a competência demonstrada pelo gerente em trabalhar como integrante de um grupo e alcançar os objetivos preestabelecidos, resultado de um esforço cooperativo dos membros dessa equipe, devido à liderança exercida pelo gerente. A capacidade de liderar as relações interpessoais, os fatores motivacio-

MAL VERSUS UNIVERSIDADE EMPRESARIAL

cionais, e de influenciar positivamente o clima organizacional devem ser atributos inerentes ao gerente de acordo com Torres (1996), citado por Rosa (1997).

Por último, a habilidade conceitual é a capacidade que permite ao gerente ver a organização como um todo e avaliar o grau de interdependência da organização em relação ao seu ambiente externo, através dos canais de comunicações estabelecidos. Essa habilidade permite ao gerente entender que uma mudança, em qualquer parte da organização, pode afetar toda a sua estrutura, ainda conforme Torres (1996), citado por Rosa (1997).

Todas essas habilidades, bem trabalhadas, promovem o crescimento dos funcionários, transformando o clima organizacional num altamente motivador, garantindo uma empresa sadia e competitiva. Dentro dessa filosofia, as universidades empresariais sentem a necessidade parceria com um provedor educacional, como uma Universidade ou um Centro de Pesquisa, com o objetivo de promover ou garantir que o conteúdo do programa de capacitação seja de alta qualidade, recebendo todos os funcionários, em treinamento, os alicerces para o fortalecimento de suas competências essenciais.

A idéia dessa parceria "universidade empresarial e provedor educacional" é interpretada, pelos funcionários das organizações empresariais, como um sinal de que o referido curso não será útil somente para aquele emprego, e, sim, também essencial na construção do processo de formação profissional e cultural do indivíduo.

Como se percebe, as instituições de ensino superior, enquanto geradoras e transmissoras de conhecimentos, ainda têm e terão importância substantiva na geração de produtos e serviços demandados pela sociedade na qual a instituição está inserida. Isto se constata no argumento do professor Vogt, quando ele afirma que "cabe a universidade o desenvolvimento qualificado do ensino e da pesquisa básica para a formação de profissionais competentes, cabendo-lhes também procurar interferir no processo industrial e tecnológico através de pesquisa aplicada que resulte na busca programática de produto inteligentes".

Nessa mesma direção, o professor Rocha Neto, na intenção de particularizar a questão abordada por Vogt, comenta que a "universidade pública, através da articulação do ensino de pós-graduação, da pesquisa e da extensão, é a que reúne as melhores condições para gerar, transmitir e transferir o conhecimento científico, sendo a única realmente capaz de um empreendimento de tamanha envergadura." Como se observa novamente, a universidade pública, enquanto provedora educacional, é a principal instituição que possui o perfil exato para a preparação do conhecimento sintonizado com as características da sociedade pós-moderna, devido ela ser possuidora das instalações e do capital humano mais qualificado, mais adequados à execução dessa tarefa. Entretanto, para melhor consolidar essas relações, é de fundamental importância a construção de uma política de marketing que tenha como função estratégica facilitar que se processe, entre a instituição de ensino superior e o contexto social produtivo uma boa aliança que garanta uma cooperação, na qual os conhecimentos gerados no meio acadêmico possibilitem ao setor empresarial a sua modernização tecnológica e à universidade o seu desenvolvimento e, ainda, uma receita - tão necessária à execução de seus objetivos - a qual possibilite financiar outras atividades da instituição.

Como o conhecimento nesta realidade pós-industrial é o principal recurso econômico estratégico, a universidade, como geradora desse recurso, encontra, aí, a oportunidade de caminhar rumo ao desenvolvimento da pesquisa de forma mais consolidada, construindo, através da pesquisa consorciada, os conhecimentos essenciais às demandas do contexto social produtivo, sem, ferir o seu conceito de cumunalismo e universidade.

Para que toda essa interação seja efetivada, é necessário que se planejem estratégias de marketing que promovam o produto educacional, gerado em seu ambiente acadêmico, colocando-o à apreciação da comunidade interessada. Como as empresas pesquisam seus clientes para identificar suas preferências, também as organizações universitárias devem identificar as carências do setor empresarial para construir um produto educacional

dentro de suas reais necessidades básicas, sem, contudo, ferir o conceito da instituição como santuário amplo do saber.

Atualmente, os modos de produção estão dentro das características da sociedade pós-industrial, mas, ainda, percebe-se que muitas instituições de ensino superior estão preparando profissionais sintonizados com as necessidades da era industrial. Aí talvez, reside uma das causas do desemprego estrutural, principalmente nos países subdesenvolvidos, pois, há defasagem entre o avanço tecnológico e a competência do recurso humano para operar essa tecnologia.

Segundo a perspectiva teórica adotada no estudo proposto, o grande papel da universidade brasileira - especialmente das públicas - é desenvolver ações que tenham como finalidade relacionar a oferta de conhecimentos tecnológicos que favoreçam ao contexto social produtivo ser mais competitivo neste processo de globalização das atividades econômicas.

Os países chamados ricos, há muito, vêm desenvolvendo essa política de cooperação, tornando suas empresas altamente competitivas e lucrativas neste cenário globalizado de mercados. A prática dessa política, através da pesquisa básica, gera conhecimentos que servirão de suporte para a inovação tecnológica, fazendo surgir novos produtos que satisfaçam as expectativas e preferências dos clientes de forma eficaz. Sendo assim, as empresas que não colocarem o conhecimento como recurso mais importante, não sobreviverão nesta competição de ações internacionalizadas.

Neste contexto, sobreviverão somente aquelas empresas as quais buscam, através do marketing de aprendizado, as expectativas e as preferências de seus clientes na indicação de produtos e serviços que lhes satisfaçam suas necessidades e desejos, e as quais fazem do processo de educação permanente uma rotina de trabalho. Como consequência dessa busca e dessa rotina, essas empresas colherão, segura e obviamente, respostas positivas a seu investimento ●

*TIAGO CARDOSO ROSA é professor do DCON/UFPI, Mestre em Gestão Universitária e Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

OS OITENTA ANOS DE CELSO FURTADO

ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA *

A infância, Paraíba. A juventude, Rio de Janeiro. A experiência, Itália. A formação, França. Estamos falando de um dos maiores pensadores brasileiros. Nascido em Pombal-PB, em 26 de julho de 1920, Celso Furtado é o mais velho de uma família de oito filhos concebidos por um advogado e uma proprietária de terra. Com 19 anos veio cursar a faculdade de Direito no Rio de Janeiro, trabalhava, estudava e fazia o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Assim que terminou os estudos, em 1944, foi convocado para a segunda guerra mundial pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, ironicamente, tem a mesma sigla de sua principal obra como pensador, *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959.

Advogado, com preferências por Villa-Lobos, Gilberto Freyre e Machado de Assis, foi o primeiro brasileiro a fazer doutoramento em Economia na França (1946-1948). A chave de conversão entre o Direito e a Ciência Social estava no sociólogo alemão Karl Mannheim, um dos principais influenciadores de sua obra. Inicia sua trajetória como escritor contando suas experiências na FEB, *De Nápoles a Paris*, mas adquire notoriedade com escritos sobre economia. É antes de tudo um crítico do consumo conspícuo, combatendo o mimetismo do subdesenvolvimento em relação aos padrões dos países "modernos". São mais de vinte livros que versam sobre a formação sócio-econômica do brasileiro, a problemática do subdesenvolvimento e questões pertinentes a uma região pe-

riférica inserida num país mal posicionado na hierarquia mundial constituída.

De volta ao Brasil, trabalha na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da Nações Unidas, criado em 1948, com sede em Santiago-Chile. Foi aí que conheceu Raul Prebisch, economista argentino e principal formulador do pensamento desenvolvimentista da CEPAL, voltado para soluções atenuadoras das disparidades inter-regionais latino-americanas. Foi convidado para compor o governo de JK, organiza o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e propõe a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, teoricamente, transformaria as relações agrárias e induziria a região a industrializar-se gerando renda, emprego e melhores condições de vida para a miserável população, castigada tanto pela cerca do latifúndio quanto pelas estiagens climáticas.

Na década de sessenta integra o governo de João Goulart, elabora o Plano Trienal e permanece superintendente da SUDENE até o golpe militar de 1964. É cassado e divide o exílio lecionando nas Universidades de Cambridge (Inglaterra) e Sorbone (França). Terminado o regime militar assume o Ministério da Cultura no governo Sarney. O momento era tido como de esperança, entretanto, constata Furtado que a classe política tinha se adaptado a ditadura e a transição política conservado os crônicos e estruturais problemas da socie-

dade brasileira. O significado da participação em vários governos nos remete mais para o exercício gramsciano da contra hegemonia do que para a boa relação que o pensador tinha com o "status quo".

Atualmente divide o tempo entre as moradias de Paris e Copacabana, define-se como um pensador de esquerda e crítico do governo FHC. É membro da Academia Brasileira de Letras desde 1997. Assim como outros grandes autores que estudaram a nossa formação sócio-econômica, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Florestan Fernandes e Oliveira Vianna, Furtado é o único que testemunha o aprofundamento da internacionalização do capital, que mais do que nos inserir de forma subordinada, nos tira a possibilidade de afirmar a identidade nacional tão procurada em tais autores. Entretanto, nosso pensador é otimista e prega que a herança negativa da escravidão possa ser superada por uma sociedade que privilegie a intervenção planejada do Estado. A homenagem que Furtado receberá da Assembléia Legislativa do Ceará e da Universidade Federal do Ceará, nos seus oitenta anos, nos faz lembrar os vários *Brasis* e as várias épocas que a vida e a obra deste pensador percorreu. Parabéns professor Furtado ●

* ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA é professor do Departamento de Teoria Econômica da UFC e Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

OS BAIXOS SALÁRIOS COMO CAUSA DE DESEMPREGO

EDSON ARRUDA *

Até 1994, o principal problema da economia brasileira era a inflação; o segundo eram as dívidas externa e interna; o terceiro eram os desequilíbrios interregional, intersetorial e interpessoal de renda; e o quarto problema da economia brasileira era o desemprego de fatores de produção.

De 1994 para cá, a inflação brasileira deixou de ser um problema econômico e o desemprego passou a ser o maior e mais importante problema de nossa economia, pulando de quarto para primeiro, desbancando a dívida externa, que subiu de 140 bilhões de dólares (20% do PIB de então) para mais de 350 (cerca de 36% do PIB atual) neste período, e para a dívida interna (pública), que saiu da faixa histórica de 60 a 80 bilhões para quase 500 bilhões.

O desemprego de fatores de produção costuma ser confundido com o desemprego de mão-de-obra, que é apenas um dos fatores. Há desemprego de máquinas, veículos, equipamentos; há desemprego de prédios, pontos comerciais, galpões fabris, salas; há desemprego de capacidade instalada de transporte, de energia elétrica; há desemprego de dinheiro e há, principalmente, desemprego de mão-de-obra. É deste desemprego que pretendo tratar neste artigo, por ser o mais importante e o único que se manifesta publicamente. Nunca vi passeata de máquinas desempregadas nem de pontos comerciais fechados ou de dinheiro não utilizado.

Toda organização que existe no mundo tem como finalidade produzir algum bem ou serviço que atenda a alguma necessidade humana, direta ou indiretamente, e faz isso utilizando-se, entre outras coisas, de mão-de-obra. Não existe no mundo uma única organização, formal ou informal, pública ou privada, com ou sem finalidade lucrativa, pequena média ou grande, que funcione sem recursos humanos. Elas respondem pela oferta de emprego da economia.

Todas as pessoas que precisam de auferir renda através da venda de seu trabalho

formam a demanda por emprego. Essa demanda e a oferta se encontram no mercado de trabalho e só existe desemprego porque a demanda por emprego é maior do que a oferta. Tanto a demanda como a oferta variam ao sabor de algumas variáveis, como veremos a seguir.

Como o desemprego não é constante, conclui-se que existem forças provocando seu deslocamento para cima ou para baixo. A análise dessas forças, ou seja, as causas da variação nos níveis de emprego ou desemprego têm sido objeto de estudos por parte de muitos economistas.

Sabe-se, sobejamente, que altas taxas de juros inviabilizam muitos investimentos, provocando desemprego; a existência de déficit público, exigindo ajustes fiscais recessivos, alimentam o desemprego; políticas cambiais equivocadas, por exemplo, privilegiando importações, aumentam o desemprego; o avanço tecnológico, provocando a automação, o *self-service*, e o *e-commerce* são, sabidamente, desempregadores; a CLT, com sua rigidez, seus pesados encargos sociais e seu anacronismo, fortalece o desemprego; a baixa qualificação profissional e educacional também contribui com o desemprego. Há diversos outros fatores que agravam o desemprego, como o que tomei como título desse artigo - os baixos salários.

Gostaria de convidar o leitor a acompanhar o seguinte raciocínio: as pessoas são assalariadas porque não podem ser patrões; para ser empresário é necessário algum capital inicial; se os salários fossem maiores, uma grande quantidade de pessoas conseguiria poupar e, assim, formar um capital inicial para, muito mais rapidamente realizar o sonho, presente em todo assalariado, de montar seu próprio negócio; cada empregado que conseguir montar seu próprio negócio provocará três consequências sobre o desemprego: a primeira, será a desocupação de seu posto, criando uma vaga; a segunda, será a abertura de vagas nos novos negócios abertos pelos ex-assalariados; e a terceira, seria o desencadea-

mento de um processo amplificador de emprego causado pelos gastos dos ex-desempregados que acabam de ser admitidos ou nas vagas deixadas pelos neoempresários ou nas vagas abertas por estes. Esses ex-excluídos da demanda, por falta de emprego/renda, passarão a gastar no varejo, que comprará mais nos atacadistas, que crescerão e comprarão mais dos fabricantes, que ampliarão sua produção e sua capacidade, contratando mais mão-de-obra e assim por diante.

Ao contrário, com os baixíssimos salários praticados no Brasil, os trabalhadores apenas sobrevivem, pois o que ganham não é suficiente sequer para atender a suas necessidades. Vão escapando, postergando consumo e, até mesmo despoupando macroeconomicamente e não conseguindo nunca reunir algum capital capaz de financiar um negócio próprio. Dessa forma ele nunca vai desocupar sua vaga e menos ainda criar vagas em novos negócios, agravando sobremaneira o desemprego. São os baixos salários provocando e agravando o desemprego.

Os políticos, que são os homens públicos do executivo, do legislativo e do judiciário nos três níveis, municipal, estadual e federal, sabem muito bem disso e dedicam seus mais poderosos esforços para manter essa situação, pois são os grandes beneficiários dela. Mantendo os salários a níveis indigentes e um enorme contingente de desempregados e subempregados, eles garantem o caldo de cultura para a proliferação da pobreza, da miséria, da promiscuidade, do desespero e da mendicância. O voto do mendigo é muito mais barato. Os gabinetes de todos os políticos vivem cheios de mendigos pedindo de tudo e, em troca, hipotecando seu voto, anulando sua dignidade e vendendo sua alma ●

*EDSON ARRUDA é professor do Curso de Economia/UFPI, Consultor de Empresas, Mestre em Economia Empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA DO COMÉRCIO DE TERESINA

*MOACYR FERAZ DO LAGO

1. Introdução.

A presente pesquisa de estimagem dos índices de inadimplência no comércio de Teresina foi derivada de um estudo encomendado por uma empresa de cobranças que autorizou a publicação da mesma.

O método utilizado foi o de amostragem aleatória, distribuída proporcionalmente de acordo com o tamanho das empresas (nº de empregados). Foram pesquisadas um total de 263 empresas, com um nível de confiança de 90% e uma margem de erro máxima de 5%. A coleta de dados foi feita entre 4 e 18 de abril de 1999.

O critério utilizado para a estimativa do tamanho das empresas é o número de empregados. O critério ideal, o montante do capital da empresa, é protegido pelo sigilo fiscal, portanto, inviável. Foram pesquisadas somente empresas comerciais que tradicionalmente realizam vendas com sistema de crediário. Assim sendo, não foram consideradas as empresas comerciais dos seguintes ramos: bares e choparias, lanchonetes e restaurantes, hortifrutigranjeiros, confeitarias e transporte de cargas e passa-geiros.

Apesar de não ser totalmente reconhecido juridicamente, o cheque pré-datado foi considerado como modalidade de venda a crédito por já ser de uso corrente no mercado.

2. Aspectos principais

Os principais aspectos da pesquisa abordam seguintes pontos: empresas que operam com crediário, empresas que tem problemas com clientes inadimplência, relevância dos prejuízos causados às empresas por inadimplência de seus clientes, taxa média mensal de inadimplência, de prejuízo causado e de sucesso no recebimento dos débitos. Foram realizados cruzamentos entre estes aspectos, permitindo uma visão mais clara do comportamento e da situação das empresas pesquisadas.

2.1. Na **Tabela 1**, verificamos o percentual das empresas comerciais de Teresina-PI que operam com o crediário comercial e/ou cheque pré-datado. Observa-se que a prática do crediário, convencional ou através do cheque pré-datado, no comércio de Teresina é amplamente difundido.

2.2. A **Tabela 2** revela o percentual das empresas comerciais de Teresina-PI que enfrentam problemas com clientes inadimplentes.

O problema da inadimplência no comércio de Teresina é muito alto, abrangendo pouco menos da metade das empresas pesquisadas. O dado, porém pode não se manter totalmente correto quando submetido a uma análise um pouco mais aprofundada, como se verá a seguir.

quenos prejuízos causados por inadimplência. O mais sensato seria considerá-los normais, mas nunca aceitáveis.

2.4. Na **Tabela 4** verificamos a taxa média mensal de inadimplência dos clientes em relação ao faturamento das empresas comerciais de Teresina-PI. Observamos que as empresas que apresentam a taxa média de inadimplência mais baixa dentre as

Tabela 1. Empresas comerciais de Teresina-PI que operam com o crediário Comercial e/ou cheque pré-datado (%)

Respostas	Percent. (%)	Acumulado (%)
Sim	76,43	76,43
Não	21,67	98,10
Não responderam	1,90	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

Tabela 2. Empresas comerciais de Teresina-PI que enfrentam problemas com clientes inadimplentes (%)

Respostas	Percent. (%)	Acumulado (%)
Sim	47,15	47,15
Não	28,52	75,67
Não responderam	24,33	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

2.3. O percentual de relevância do prejuízo causado pela inadimplência às empresas comerciais de Teresina-PI, conforme a **Tabela 3**, chama a atenção não é propriamente pelo fato de pouco mais de 1/3 das empresas de Teresina sofrerem prejuízos relevantes em suas receitas mensais devido ao não pagamento de débitos de seus clientes. Enfatizo o resultado observado em que pouco menos de 1/3 das empresas consideram que estes débitos não provocam prejuízos consideráveis em suas receitas mensais. Denota à idéia de que os comerciantes de Teresina-PI consideram normais e aceitáveis pe-

pesquisadas representam quase a metade do total. Contudo, um prejuízo médio mensal de até 5% do faturamento não deve ser desconsiderado. Principalmente, como se verá nos itens 2.5 e seguintes, as empresas mais prejudicadas são justamente as menores e, portanto, supostamente mais frágeis.

O valor absoluto deste prejuízo mensal (ver item 2.12) pode representar cerca de 20% da folha de pagamento mensal das empresas de até 9 funcionários, já acrescidas as obrigações trabalhistas (considerando que um funcionário tenha um vencimento de 2 salários-mínimos).

Tabela 3. Relevância do prejuízo causado pela inadimplência às empresas comerciais de Teresina-PI (%)

Respostas	Percent. (%)	Acumulado (%)
Provoca prejuízos relevantes	35,74	35,74
Não provoca prejuízos relevantes	30,04	65,78
Não responderam	34,22	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

Tabela 4. Taxa média mensal de inadimplência dos clientes em relação ao faturamento das empresas comerciais de Teresina-PI (%)

Respostas	Percent. (%)	Acumulado (%)
Entre 0 e 5%	47,53	47,53
Entre 6% e 10%	21,29	68,82
Entre 11 e 20%	7,22	76,05
Entre 21 e 40%	0,38	76,43
Entre 41 e 80%	0,00	76,43
Acima de 81%	0,00	76,43
Não responderam	23,57	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

2.5. A Tabela 5 traz o percentual de prejuízo médio mensal das empresas comerciais de Teresina-PI provocado por clientes inadimplentes.

2.6. O percentual do sucesso do recebimento de débitos vencidos junto a clientes das empresas comerciais de Teresina-PI é observado na Tabela 6. Mais de 68% das empresas pesquisadas conseguem receber os débitos vencidos de seus clientes, seja amigavelmente ou através de cobrança judicial ou extrajudicial.

Como não era objetivo da pesquisa, não foram definidos parâmetros que permitissem estimar se este percentual é elevado ou não. Contudo, o bom-senso sugere que a perda efetiva de mais de 30% dos débitos é, na melhor das hipóteses, um fato a considerar.

2.7. A Tabela 7 revela o percentual da prática de vendas a crédito segundo o tamanho das empresas comerciais (número de funcionários) de Teresina-PI.

Observa-se que poucas são as empresas de tamanho muito pequeno, até 9 funcionários, que não operam com venda a crédito ou cheque pré-datado. Estranha-se que cerca de 1/3 destas empresas, que logica-

mente apresentam um faturamento também pequeno, considerem como irrelevante um prejuízo médio mensal de até R\$ 500,00; o que é um paradoxo. O mais provável é que seus proprietários/gerentes não tenham uma visão de mercado totalmente clara ou que, acostumados que estão ao não recebimento ou recebimento em atraso de uma parcela significativa dos crediários assumidos pelos seus

clientes, consideram estes prejuízos como normais e aceitáveis. Apesar da falta de parâmetros para análise, o mais sensato seria considerá-los normais, mas nunca aceitáveis.

2.8. Verifica-se, na Tabela 8, o percentual da prática de vendas a crédito segundo as empresas comerciais de Teresina-PI que enfrentam problemas com inadimplentes. O resultado obtido corrobora o que já foi dito nos comentários anteriores. A inadimplência é fato comum nas empresas de Teresina que operam com vendas a crédito ou aceitam cheques pré-datados.

2.9. Observando a Tabela 9, conhecemos o percentual da prática de vendas a crédito segundo a relevância do prejuízo médio mensal das empresas comerciais de Teresina-PI. O percentual corrobora o que já foi dito nos comentários anteriores. A aceitação do prejuízo é fato comum nas empresas de Teresina que operam com vendas a crédito ou aceitam cheques pré-datados.

2.10. A Tabela 10 traz o percentual da prática de vendas a crédito segundo a taxa média de inadimplência das empresas comerciais de Teresina-PI.

Tabela 5. Prejuízo médio mensal das empresas comerciais de Teresina-PI provocado por clientes inadimplentes (%)

Prejuízo (R\$)	Percent. (%)	Acumulado (%)
Entre 0 e 500,00	35,74	35,74
Entre 501,00 e 1.000,00	14,83	50,57
Entre 1.001,00 e 2.000,00	13,69	64,26
Entre 2.001,00 e 5.000,00	8,75	73,00
Entre 5.001,00 e 10.000,00	1,14	74,14
Entre 10.001,00 e 20.000,00	0,76	74,90
Entre 20.001,00 e 40.000,00	0,00	74,90
Acima de 40.001,00	0,38	75,29
Não responderam	24,71	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

2.11. Encontramos na **Tabela 11** o percentual do prejuízo médio mensal das empresas provocado pela inadimplência segundo o recebimento de débitos vencidos junto a clientes das empresas comerciais de Teresina-PI.

2.12. Na **Tabela 12** verificamos o débito não quitado médio ponderado mensal de clientes junto às empresas comerciais de Teresina-PI.

Observamos que o maior percentual de empresas que mais sofrem com prejuízos com a inadimplência no comércio de Teresina, que representa justamente as menores, não combina com o fato de considerarem um prejuízo médio de mais de R\$ 900,00 como irrelevante ou aceitável.

3. Conclusão

O comércio de Teresina enfrenta índices de inadimplência consideráveis. As empresas mais afetadas pelos prejuízos causados são as de menor porte, com até 9 funcionários.

Cerca de 1/3 das empresas consideram prejuízos como normais e aceitáveis. Contudo, os prejuízos mensais são, em média de R\$ 900,00; o que representa cerca de 20% da folha de pagamento das menores empresas. Os fatos não combinam. O mais provável é que os empresários ou gerentes não tenham uma visão de mercado totalmente clara ou que, acostumados que estão ao não recebimento ou recebimento em atraso de uma parcela significativa dos crediários assumidos pelos seus clientes, consideram estes prejuízos como normais e aceitáveis. Apesar da falta de parâmetros para análise, o mais sensato seria considerá-los normais, mas nunca aceitáveis •

MOACYR FERAZ DO LAGO é economista e sócio da Compete-Consultoria, Projetos e Pesquisa Ltda

Tabela 7. Prática de vendas a crédito segundo o tamanho das empresas comerciais (número de funcionários) de Teresina-PI (%)

Tamanho da empresa (n de func.)	Nº de empresas (%)
0 a 9	86,18
10 a 19	77,29
20 a 29	80,00
30 a 49	75,00
50 a 99	66,66
100 a 249	50,00
250 a 499	100,00

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

A tabela não contempla as empresas que não fazem vendas a crédito.

Tabela 8. Prática de vendas a crédito segundo as empresas comerciais de Teresina-PI que enfrentam problemas com inadimplentes (%)

Problemas	Sim (%)	Não (%)	Total (%)
	Vendas a crédito		
Sim (%)	62,31	37,69	100,00

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

A tabela não contempla as empresas que não fazem vendas a crédito.

Tabela 9. Prática de vendas a crédito segundo a relevância do prejuízo médio mensal das empresas comerciais de Teresina-PI (%)

Vendas a crédito	Sim (%)	Não (%)
	Prejuízos relevantes	
Sim	54,34	45,66

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

A tabela não contempla as empresas que não fazem vendas a crédito.

Tabela 6. Sucesso do recebimento de débitos vencidos junto a clientes das empresas comerciais de Teresina-PI. (%)

Resposta	Percent. (%)	Acumulado (%)
Não recebe	6,84	6,84
Recebe após 7 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	1,90	8,84
Recebe após 14 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	17,87	26,61
Recebe após 30 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	31,56	58,17
Recebe após cobrança extrajudicial	15,59	73,76
Recebe após cobrança judicial	1,90	75,66
Não responderam	24,33	100,00
Total	100,00	

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

* O cliente faz o pagamento espontaneamente ou após um aviso/telefonema simples.

Tabela 10. Prática de vendas a crédito segundo a taxa média de inadimplência das empresas comerciais de Teresina-PI (%)

Tx. Média de inadimplência	Entre 0 e 5% (%)	Entre 6 e 10% (%)	Entre 11 e 20% (%)	Entre 21 e 40% (%)	Entre 41 e 80% (%)	Acima de 80% (%)
Resposta						
Sim	62,19	27,86	9,45	0,50	0,00	0,00

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

A tabela não contempla as empresas que não fazem vendas a crédito.

Tabela 11. Prejuízo médio mensal das empresas provocado pela inadimplência segundo o recebimento de débitos vencidos junto a clientes das empresas comerciais de Teresina-PI (%)

Prejuízo	Entre 0 e R\$ 500,00 (%)	Entre 501,00 e R\$ 1.000,00 (%)	Entre 1.001,00 e R\$ 2.000,00 (%)	Entre 2.001,00 e R\$ 5.000,00 (%)	Entre 5.001,00 e R\$ 10.000,00 (%)	Entre 10.001,00 e R\$ 20.000,00 (%)	Entre 20.001,00 e R\$ 40.000,00 (%)	Acima de R\$ 40.000,00 (%)
Resposta								
Não recebe	22,22	22,22	27,78	27,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebe após 7 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	60,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebe após 14 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	85,11	4,26	8,51	2,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebe após 30 dias, em média, de atraso, amigavelmente*	52,44	28,05	17,07	1,22	1,22	0,00	0,00	0,00
Recebe após cobrança extrajudicial	9,76	19,51	29,27	36,59	2,44	0,00	0,00	2,44
Recebe após cobrança judicial	0,00	0,00	20,00	20,00	20,00	40,00	0,00	0,00

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

* O cliente faz o pagamento espontaneamente ou após um aviso/telefonema simples.

Tabela 12. Débito não quitado médio ponderado mensal de clientes junto às empresas comerciais de Teresina-PI.

Débito médio mensal não quitado (R\$) - D	Fator (n° de empresas) - F
250,00	94
750,00	39
1.500,00	36
3.500,00	23
Total - T	192
Média ponderada Mp	975,26

Fonte: Compete consultoria, projetos e pesquisas.

O cálculo não contempla as empresas que não fazem vendas a crédito.

O cálculo não contempla as empresas que apresentam débitos mensais de clientes não quitados maiores que R\$ 5.000,00 por estas representarem um número muito pequeno das empresas pesquisadas e, pelos altos valores destes débitos, provocarem distorções significativas no resultado.

Método de cálculo: $Mp = \frac{\sum (D \times F)}{T}$: somatório dos valores dos débitos médios mensais multiplicados pelos seus respectivos fatores dividido pelo somatório dos fatores.

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUS

*WASHINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM

A temática do meio ambiente vem se destacando entre as mais importantes neste final de século. A partir de dois marcos fundamentais, a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência do Rio, em 1992, começaram a se estabelecer as bases de uma nova perspectiva de entendimento da questão, principalmente através do conceito de desenvolvimento sustentável, que vem se consolidando como uma nova proposta no sentido de fazer modificar os vetores da política pública no mundo inteiro.

Esta nova visão está estabelecida no sentido de integrar as várias dimensões da vida à discussão mais específica referente ao meio ambiente. Neste sentido, política, instituições, cidadania e economia passam a compor o quadro geral das preocupações ambientalistas, superando o que poderíamos chamar de fase estritamente conservacionista de debates em torno do tema. Mais ainda, os esforços globais de construção da Agenda 21 nos vários países e localidades, imprime ainda maior ênfase sobre a estreita conexão entre os temas do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a resolução dos pontos críticos e vulnerabilidades, bem como das potencialidades de cada região deste planeta.

No que diz respeito à política e as instituições, cabe pensar o sistema de regulação pública ambiental (Neder, 1996), o que compreende duas idéias fundamentais. A primeira gira em torno do financiamento do sistema público de regulação, através da garantia de repasses financeiros estáveis e em quantidade suficiente para garantir, pelo menos, as três áreas fundamentais do Plano Nacional de Meio Ambiente, quais se-

jam, o desenvolvimento institucional, as unidades de conservação e a proteção dos ecossistemas.

A segunda idéia importante é relativa ao próprio desenvolvimento institucional, que compreende o fortalecimento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e dos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), através de capacitação técnica de seu pessoal, provisão de equipamentos e informações e assistência aos órgãos estaduais (OEMAs).

Nesta perspectiva, um ponto crucial diz respeito à interpretação do significado das atuais propostas de reforma do Estado em curso no Brasil e no mundo. A crise econômica vivida internacionalmente a partir do primeiro choque do petróleo, em 1974, colocou em andamento um processo de intenso debate sobre o papel e a significação daquele instituição na vida social dos diversos países, o que gerou novas proposições ligadas ao que se conhece hoje pelo termo, neoliberalismo (Evans, 1993).

Pontos ideológicos à parte, no último quarto deste século, o Estado foi crucificado e mais tarde resgatado, no que tange às suas funções de regulador, mantenedor da ordem, administrador da justiça e, sobretudo, no seu papel intervencionista sobre assuntos econômicos, em um contexto radicalmente diverso do que se vivera até então. Este debate, paradigmaticamente registrado no relatório do Banco Mundial do ano de 1997, "O Estado em um Mundo em Transformação", incorpora novos conceitos e temáticas, tais

como o de *capacidade estatal, autonomia inserida e governança*, registrando ainda, suas tarefas no que concerne ao desenvolvimento sustentável, em que se ressaltam os aspectos da transparência, participação e descentralização (World Bank, 1997; Evans, 1993).

No Brasil, o diagnóstico sobre a reforma do Estado e sua vinculação com a temática do meio ambiente se reveste de maior complexidade em razão dos problemas fiscais enfrentados pelo setor público, desde a segunda metade dos anos 80. Após dois períodos de intensa proposição reformista, no início do governo Collor e, posteriormente, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a máquina pública, sobretudo no nível federal, continua a enfrentar o dilema de reformar-se, no sentido de absorver os novos conceitos da administração pública, e, por outro lado, conviver com a urgência e realidade de sucessivas propostas de ajuste fiscal, que impedem uma mudança efetiva de orientação, graças aos cortes orçamentários, as pressões por demissão e decréscimo das despesas com a folha salarial.

O diagnóstico então, do ponto de vista institucional e político, aponta para dificuldades de implementação de mecanismos efetivos de regulação estatal sobre a área do meio ambiente, o que culmina, para dar um exemplo concreto com o baixo nível de proteção ambiental dos principais ecossistemas nacionais, sobretudo através de unidades de conservação. A este respeito, estudo recente, lançado em julho no congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assinado pela ONG internacional da área de meio

TENTÁVEL E O BRASIL DO SÉCULO XXI

ambiente, WWF, em parceria com o Ibama, identificou 49 ecossistemas no país, sendo que apenas 2% destas áreas tem preservação garantida pelo poder público, nível bastante inferior aos 10% mínimos exigidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No aspecto da cidadania, cabe refletir sobre diversos ordens de fatores, muitos deles ligados aos temas da qualidade de vida e da educação ambiental. Quanto a isso, o processo de democratização da vida política brasileira gerou, desde 1985, enorme pressão sobre o Estado, advinda da organização da sociedade civil, através dos movimentos sociais, em torno de uma pauta de reivindicações diversificada e difícil, principalmente diante da emergência e crise econômica vividas por nossa sociedade nas últimas décadas. Moradia, saneamento, transportes e saúde pública são apenas algumas das questões que se interliga ao aspecto mais crucial, em termos piauienses, das desigualdades regionais.

O meio ambiente, nesta chave interpretativa, tem então de aparecer em perspectiva integrada, aliando soluções de política pública que permitam a resolução dos problemas através de uma abordagem privilegiadora de uma visão global e interdisciplinar. Exemplo prático surge então, quando se pensa a gestão das cidades em contexto que envolva diretamente as questões de tráfego, utilização do espaço urbano (gestão urbana), infraestrutura de equipamentos públicos (escolas, creches, segurança pública, postos de saúde e hospitais, etc.) e saneamento. A proposição da Agenda 21 brasileira acena nesta direção, dando ênfase à

temática que aparece sob o rótulo de "cidades sustentáveis".

Finalmente, surge a questão do modelo de desenvolvimento no Brasil. O processo de modernização conservadora, conduzido por mão de ferro por um Estado, que não se eximiu inclusive do papel de empresário, gerou frutos contraditórios para nossa sociedade. De um lado, proporcionou taxas de crescimento do produto interno muito significativas, que estiveram entre as melhores do mundo durante as décadas de 50 até metade dos anos 70. Com isso, veio também uma diversificação do parque industrial nacional, uma rápida transição demográfica da população dos espaços rurais para o mundo urbano, níveis de mobilidade social intergeracional significativos e melhorias da qualidade de vida, sobretudo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nas suas várias dimensões.

Contudo, o mesmo processo revestiu-se de aspectos contraditórios, à medida que não proporcionou modificações de monta em problemas históricos do país, tais como as desigualdades de renda e indicadores sociais entre indivíduos e regiões. Tais problemas aparecem novamente como preocupação e destaque na formulação da Agenda 21 brasileira. Primeiramente, através de um enfoque explícito sobre o problema das desigualdades sociais, no que é relativo às "formas de combate à pobreza; sistema educacional e formação profissional; emprego e mercado de trabalho; redução das disparidades na distribuição de renda; dinâmica demográfica e os impactos sobre o desenvolvimento; direitos humanos; universalização da cidadania; e, difusão de instru-

mentos fiscais distributivos ancorados em parâmetros ambientais (ICMS ecológico)" (Ministério do Meio Ambiente, 2000).

Em segundo lugar, a Agenda se volta para discussão do desenvolvimento sustentável, para a perspectiva de superação dos impasses graves que permeiam o Brasil contemporâneo, chamando atenção para a necessidade de redefinição do conteúdo da discussão sobre o modelo de desenvolvimento que se pretende implantar no próximo século. Como explica o texto: "a transição para o novo modelo de desenvolvimento implica a compreensão integrada das suas principais dimensões, que têm de ser consideradas na busca do progresso humano: a eficiência econômica, a equidade social, a conservação e qualidade ambiental e a democracia política e institucional, focalizando-se a interdependência entre essas dimensões" (Ministério do Meio Ambiente, 2000).

Neste sentido, o desafio da discussão sobre o meio ambiente no Brasil não pode e não deve estar desvinculado da tarefa ainda mais espinhosa de criar condições para o debate das grandes questões nacionais, em todas as suas dimensões. A mudança de paradigma é monumental e traça um divisor de águas no tratamento das questões de política pública no Brasil, exigindo novas capacidades técnicas, de recursos humanos e institucionais ●

* WASHINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM é professor do Dept de Ciências Sociais e Doutor em Ciência Política

INDICADORES ECONÔMICOS

Período Índices	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	Acumulado	
								No ano	12 meses
IGP-DÍ (FGV)	1,02	0,19	0,18	0,13	0,67	0,93	0,18	3,16	14,10
IPC-DÍ (FGV)	1,01	0,05	0,51	0,25	1,40	-0,01		2,23	6,92
IGP-M (FGV)	1,24	0,35	0,15	0,23	0,31	0,85	1,57	4,79	14,48
INPC (IBGE)	0,61	0,05	0,13	0,09	-0,05	0,30		1,13	5,58
IPCA (IBGE)	0,62	0,13	0,22	0,42	0,01	0,23		1,64	6,51
IPC-SP (FIPE)	0,57	-0,23	0,23	0,09	0,03	0,18		0,87	6,90
IPC-RIO (FGV)	0,72	0,03	0,83	0,30	0,48	-0,01		2,38	7,64
IPC-THE(CEPRO)	1,30	0,59	0,23	0,09	-0,50	0,26	1,31	3,32	8,45
Custo Cesta Básica Teresina -R\$ (1)	86,83	90,43	90,71	88,38	81,48	81,77	80,99	-	-

FONTE: GAZETA MERCANTIL

(1) ÍNDICE CALCULADO PELA FUNDAÇÃO CEPRO-SEPLAN PARA A CIDADE DE TERESINA

VARIAÇÃO ANUAL DO IPC - TERESINA, SEGUNDO OS GRUPOS

GRUPOS	ANOS					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000*
Alimentação	19,30	9,23	6,60	7,79	10,02	7,07
Habitação	20,74	6,84	8,05	9,93	14,91	7,78
Artigos de Residência	23,37	12,28	6,49	6,42	12,56	12,05
Vestuário	69,08	24,52	9,88	12,68	12,30	8,50
Transportes e Comunicações	18,70	23,60	23,57	6,37	24,63	16,43
Saúde e Cuidados Pessoais	24,56	17,20	11,53	9,16	14,40	8,67
Serviços Pessoais	42,41	13,05	8,56	4,81	5,59	3,62
Índice Geral	26,14	13,08	9,67	8,05	12,57	8,45

Fonte: Fundação CEPRO

* Situação no mês de julho/2000

CESTA BÁSICA - COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR
JULHO DE 2000

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (R\$)	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
			NO MÊS	NO ANO
Açúcar Cristal	3,00 Kg	1,92	11,21	43,95
Arroz	3,60 Kg	2,92	1,37	-1,66
Banana (frutas)	750 dz	15,90	1,53	0,60
Café em Pó	0,30 Kg	1,90	-1,10	7,30
Carne Bovina	4,50 Kg	18,48	-1,50	6,61
Farinha de Mandioca	3,00 Kg	2,93	-2,60	8,25
Feijão	4,50 Kg	6,42	4,06	-3,00
Leite Pasteurizado	6,00 lt	4,94	0,00	2,86
Margarina	0,75 Kg	2,48	-1,41	-3,30
Óleo Vegetal	0,90 Lt	1,32	-2,25	-5,46
Pão	6,00 Kg	12,00	0,00	0,00
Tomate(verduras)	12,00 Kg	9,78	-5,32	-27,72
TOTAL		80,99	-0,95	-2,74

Fonte: Fundação CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO

ANO 4 - Nº 10 - JULHO DE 2000

EDITADO PELO DECON/UFPI

COORDENAÇÃO: ECON. ENOISA VERAS-DECON

CONSELHO EDITORIAL: PROFESSORES/DECON:

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE, FRANCISCO HEITOR

LEÃO DA ROCHA E SAMUEL COSTA FILHO

PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO

DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI

DIGITAÇÃO/REVISÃO: PAULO CÉSAR ARAÚJO

PROGRAMAÇÃO VISUAL: ENOISA VERAS

TIRAGEM: 1500 EXEMPLARES

IMPRESSÃO: GRÁFICA-UFPI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ

CEP: 64.049-550

FONE: (0xx86)215-5789/5790

FAX: (0xx86) 215-5697